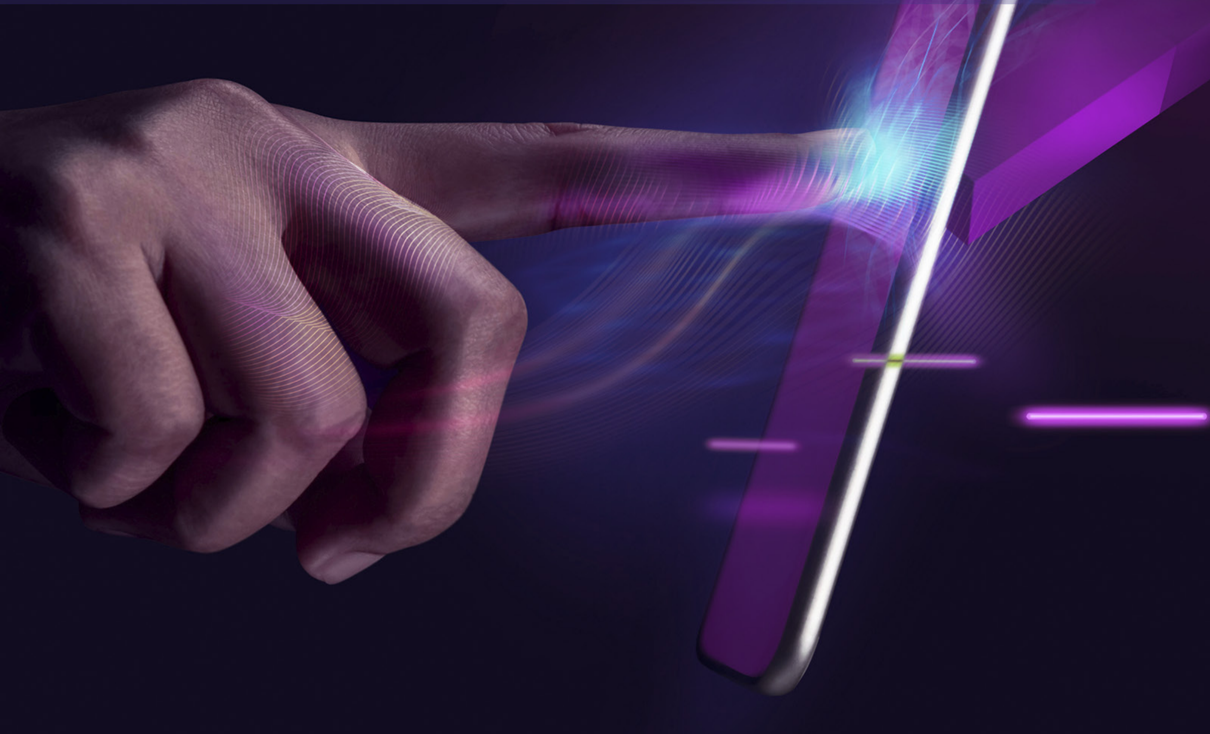
DESAFIOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO 3



SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI

(ORGANIZADORA)

Atena Editora
Ano 2023

DESAFIOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO 3



SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI

(ORGANIZADORA)

Atena Editora

Ano 2023

Editora chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora executiva
Natalia Oliveira
Assistente editorial
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto gráfico
Camila Alves de Cremo
Ellen Andressa Kubisty
Luiza Alves Batista
Nataly Evilin Gayde
Imagens da capa
iStock
Edição de arte
Luiza Alves Batista

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Desafios das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento científico e tecnológico 3

Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D441 Desafios das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento científico e tecnológico 3 / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-1565-7
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.657232107

1. Ciências sociais. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

APRESENTAÇÃO

A coletânea '*Desafios das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento científico e tecnológico 3'* é composta por 05 (cinco) capítulos produtos de pesquisa, revisão de literatura, relato de experiência, dentre outros. Os textos tem vinculação com as temáticas de Saúde Pública, Turismo, Moda e Meio Ambiente, como veremos adiante.

O primeiro capítulo, apresenta uma experiência de letramento científico através de oficina de produção de resumos para eventos científicos. Ação extensionista no contexto da saúde pública envolvendo discentes de graduação, pós graduação e técnicos de políticas públicas no processo de divulgação da ciência.

O segundo capítulo, decorrente de pesquisa exploratória os autores analisam *as contribuições das Irmandades religiosas de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção e de São Benedito do Rosário para a construção da história e para o turismo religioso e cultural na cidade de Vitória*.

O terceiro capítulo, por sua vez, analisa o *Projeto de Lei N.º 984-A/2019 que pretende alterar a Lei nº 9.985/2000*, propondo a categoria de *Estrada Parque no Parque Nacional* do Iguaçu e possíveis implicações para o *Projeto Onças do Iguaçu e a conservação da biodiversidade dessa região de Mata Atlântica*.

O quatro capítulo, discute os conceitos de *design vernacular e o design autoral e a conexão entre eles*, destacando expressiva quantidade de *referências existentes capazes de valorizar um projeto de design de moda*.

E finalmente, o quinto capítulo, que analisa *o investimento das empresas em práticas de responsabilidade social corporativa* enquanto uma possibilidade para contribuir *com o comprometimento dos empregados* e *impacto positivo na percepção do funcionário sobre essas práticas*.

Neste sentido, convidamos a conhecer as propostas e refletir como essas podem colaborar no cotidiano dos serviços e reverberar para a melhoria da qualidade destes junto à população.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

OFICINA DE PRODUÇÃO DE RESUMOS PARA EVENTOS CIENTÍFICOS: CONTRIBUIÇÕES PARA A DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA

Data de aceite: 03/07/2023

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
Doutora em Serviço Social pela UFPE
Hospital Universitário Oswaldo Cruz
Universidade de Pernambuco
https://orcid.org/0000-0003-0172-3801

Renata Alves Cesar Fernandes
Doutoranda em Serviço Social pela UFPE
Hospital Universitário Oswaldo Cruz
Universidade de Pernambuco
https://orcid.org/0000-0003-4478-812X

Aline Cristina dos Santos Pereira
Assistente Social, Egressa do Programa de Residência. Multiprofissional em Saúde da Mulher e da Criança – UFPA
http://lattes.cnpq.br/1358797356295778

Thiago de Sousa Soares
Psicólogo, Egresso do Programa de Residência . Multiprofissional em Saúde da Mulher e da Criança – UFPA
http://lattes.cnpq.br/4760998347836976

Flávia Alves Delgado
Graduanda em Enfermagem
Universidade de Pernambuco
http://orcid.org/0000-9876-0363

Victória Suzane Araújo de Oliveira
Graduanda em Enfermagem
Universidade de Pernambuco
http://orcid.org/0000-0001-8743-567X

Verônica Maria do Nascimento Moura
Hospital Universitário Oswaldo Cruz
Universidade de Pernambuco
http://lattes.cnpq.br/9000457925183920

Bruna Vitória Trigueiro da Costa
Graduanda em Fonoaudiologia
Faculdade União São Miguel
http://lattes.cnpq.br/1357428362428942

RESUMO: Este trabalho apresenta a experiência de letramento científico através de oficina de produção de resumos para eventos científicos vinculada ao *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS*. Ação extensionista no contexto da saúde pública envolvendo discentes de graduação, pós graduação e técnicos de políticas públicas no processo de divulgação da ciência. A oficina teve por objetivos: discutir os aspectos envolvidos no processo de elaboração de Resumos científicos na modalidade Relato de Experiências no contexto da saúde pública; contribuir com a produção de Resumos científicos no formato de Relato de Experiências; incentivar a apresentação de trabalhos em eventos científicos. E por público alvo: profissionais de saúde de distintas regiões

do Brasil. 09 (nove) dos 13 (treze) Resumos apresentados foram apresentados em evento científico e publicados em Anais.
PALAVRAS-CHAVE: Extensão Universitária; Interdisciplinaridade; Saúde Pública; Divulgação científica.

WORKSHOP FOR PRODUCTION OF ABSTRACTS FOR SCIENTIFIC EVENTS: CONTRIBUTIONS TO THE DISSEMINATION OF SCIENCE

ABSTRACT: This paper presents the experience of scientific literacy through a workshop for the production of abstracts for scientific events linked to the Extension Program for Knowledge and Practices in the SUS. Extension action in the context of public health involving undergraduate and graduate students and public policy technicians in the science dissemination process. The workshop had the following objectives: to discuss the aspects involved in the process of preparing scientific summaries in the form of Experience Reports in the context of public health; contribute to the production of scientific summaries in the format of Report of Experiences; encourage the presentation of papers at scientific events. And by target audience: health professionals from different regions of Brazil. 09 (nine) of the 13 (thirteen) abstracts presented were presented at a scientific event and published in Anais.
KEYWORDS: University Extension; Interdisciplinarity; Public health; Scientific divulgation.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a experiência da realização da *oficina de elaboração de resumos científicos, no formato de relato de experiência, no contexto da saúde pública*, proposta aprovada no Edital de Fluxo Contínuo de Extensão da Universidade de Pernambuco (UPE) nº 002/2021, atividade integrante do *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde*, aprovado no Edital do Programa de Fortalecimento Acadêmico (PFA/UPE) nº 001/2022, em atividade.

A *oficina para produção de resumos* teve por objetivos: *discutir os aspectos envolvidos no processo de elaboração de Resumos científicos na modalidade Relato de Experiências no contexto da saúde pública; contribuir com a produção de Resumos científicos no formato de Relato de Experiências; incentivar a apresentação de trabalhos em eventos científicos*, a exemplo do Simpósio do complexo hospitalar da UPE e Semana Universitária UPE, eventos de periodicidade anual.

Para Foote (2008, Apud JAPIASSÚ, 2013: 77)

> a submissão de resumos para congressos é útil na disseminação dos primeiros resultados de um novo trabalho. O envio de resumos de trabalhos científicos para congressos profissionais abrange alguns objetivos. Os autores do trabalho desenvolvido parcial ou totalmente podem ser avaliados por seus pares, ou seja, outros profissionais da mesma área podem opinar e dar sugestões para lapidar a metodologia e os resultados apresentados. Além disso, é uma excelente maneira de pré-divulgação de um trabalho, seja ele observacional ou de intervenção, proporcionando a interação entre pesquisadores interessados no mesmo tema (FOOTE, 2008 Apud JAPIASSÚ, 2013: 77).

Cavalcanti *et al* (2023: 16) ao discutir o formato de produções vinculadas ao *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS*, apontam que

> no contexto pandêmico, as atividades foram reprogramadas, mediante uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), a exemplo do uso de Google Sala de Aula como plataforma para suporte de conteúdo e Google Meet para a realização de aulas online, o público alvo das ações foi expandido para distintas regiões do País, o que refletiu no perfil das produções (CAVALCANTI *Et al*, 2023: 16).

Esse contexto, também influenciou o perfil formativo das formações vinculadas ao *programa de extensão*. Dessa forma, as atividades formativas migraram do formato presencial para o online e consequentemente o alcance geográfico foi ampliado, incluindo assim participantes de distintas regiões.

Essa atividade está fundamentada em: Cavalcanti e Fernandes (2022); Cavalcanti *et al* (2022a); Cavalcanti *et al* (2022b); Cavalcanti *et al* (2022c); Cavalcanti (2021); Cavalcanti *et al* (2021a); e Cavalcanti *et al* (2021b). A metodologia de trabalho utilizada pelo *programa de extensão* junto aos extensionistas foi sistematizada por Cavalcanti e Fernandes (2023).

A extensão universitária é atividade indissociável entre ensino e pesquisa e neste caso, assistência em saúde. Assim, a inserção de discentes e profissionais no processo de facilitação de atividades formativas tem estimulado o desenvolvimento de competências, envolvendo o processo de planejamento, desenvolvimento do pensamento crítico reflexivo no desenvolvimento da atividade e por conseguinte sua sistematização.

Para Bertoldi (2020: 03)

> o termo letramento surge entre os estudiosos brasileiros a partir da década de 1980, em uma tentativa de entender o quadro complexo em relação às expectativas de leitura no país da época, com muitos brasileiros adultos não alfabetizados, além de muitos adultos analfabetos funcionais. Apesar de a escola ensinar as crianças a decodificar a linguagem escrita, muitas delas terminavam o nível médio sem a capacidade de ler e escrever um texto. Com base no conceito de letramento, é possível entender a alfabetização como uma etapa do letramento (BERTOLDI, 2020:03).

Para esse autor

> tanto alfabetização científica quanto letramento científico podem abranger uma variedade de habilidades esperadas do aluno, como reconhecimento e compreensão de sentenças científicas ou capacidade de leitura e escrita de textos sobre ciência, ou desejadas para o futuro cidadão, como o pensamento crítico acerca dos impactos da ciência e da tecnologia na sociedade ou o engajamento político e ambiental (BERTOLDI, 2020: 11).

Neste contexto, este artigo por objetivo apresentar a experiência dos extensionistas na organização e facilitação da oficina de elaboração de resumos científicos no formato de relato de experiência desenvolvida durante o mês de junho de 2022 e suas contribuições no processo de letramento científico e divulgação da ciência.

Neste sentido, concordamos com Bertoldi (2020), Cunha (2017) e Santos (2007)

quando apontam que o letramento científico tem uma etapa social importante, possibilitando ao indivíduo, entender a ciência, o método científico e intervir em seu meio. Nos termos de Bertoldi (2020: 14) “para ter melhores condições de vida e poder participar de forma mais equitativa nas decisões sobre políticas públicas para ciência e tecnologia” e para a participação crítica no processo decisório da vida em sociedade.

Cavalcanti *et al* (2023: 22) ao discutir o mapeamento das produções vinculadas ao *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS* aponta que

> o exercício da escrita científica e as etapas vinculadas do método científico, enquanto processo de desenvolvimento de atividades extensionistas e divulgação da ciência tem se mostrado condizente com a formação de recursos humanos para o SUS, defesa da coisa pública e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população (CAVALCANTI Et al, 2023: 22).

Optamos pelo formato de Relato de Experiência nos termos de Mussi *Et al* (2021), para a apresentação da experiência vinculada a produção de resumos e reflexões vinculadas, tendo em vista a necessidade de incentivo a divulgação da ciência na perspectiva da melhoria da qualidade dos serviços de saúde.

DESENVOLVIMENTO

A *oficina de produção de resumos* foi desenvolvida no período de junho de 2022 e seus resultados foram originalmente apresentados durante o *VI Simpósio do Complexo Hospitalar da Universidade de Pernambuco. Saúde Digital, Desafios e oportunidades*, realizado naquele ano, tendo sido publicado os Anais do evento em 2023.

Tal proposta, vem se configurando como importante estratégia de divulgação da ciência, a partir da apresentação das experiências vinculadas aos profissionais participantes da oficina. Neste sentido, Barata (2022) ao discutir a importância da divulgação da ciência destaca que

> muitas revistas científicas, sobretudo as de prestígio internacional, investem, há décadas, na comunicação para além dos muros das instituições científicas. Há, por parte deles, a compreensão de que os resultados de pesquisa publicados em suas páginas precisam gerar muito mais do que novas citações ou o progresso do conhecimento científico. É preciso que possam também chegar a gestores, professores da educação básica, pacientes, especialistas de áreas do conhecimento correlatas ou mesmo bem distantes da sua e interessados em contribuir para mudar ou embasar políticas públicas e qualquer tomada de decisão que pretenda melhorar a qualidade de vida no planeta (2022: 46)

Cunha (2017: 176) aponta que nas

> últimas décadas têm direcionado tal debate [da alfabetização científica] para a necessidade do público e de seus representantes nas tomadas de decisões políticas terem uma base suficientemente sólida para a avaliação dos benefícios e dos riscos de cada avanço científico e tecnológico, das

> questões éticas envolvidas, dos impactos socioambientais comparados aos impactos econômicos, entre outras questões envolvendo ciência e tecnologia (CUNHA, 2017: 176).

Este autor, propõe a utilização da terminologia letramento científico de forma associada à discussão de decisões acerca de políticas públicas mediante decisões informadas com base em dados científicos.

Neste contexto, Cavalcanti *et al* (2023: 17) destaca que

> a formação crítica exige conhecimento do método científico ancorado na perspectiva crítica de análise. Instituir espaços que possibilitem troca de saberes e práticas no SUS, incentivando a construção do conhecimento e colaborando com a formação de massa crítica dos futuros profissionais da saúde pública é oportuno e necessário. Concomitantemente elaborar estratégias de divulgação científica, contribuindo com o processo de letramento científico é tarefa contínua da universidade e decerto da extensão universitária no contexto da saúde pública (CAVALCANTI *Et al*, 2023: 17).

Dessa forma, a oficina de produção de resumos para eventos científicos pode contribuir em duas frentes: a primeira refere-se ao processo de letramento científico, contribuindo para que diferentes grupos, enquanto participantes da *oficina de produção de resumos* possam acessar o método científico, passando a utilizá-lo no cotidiano dos serviços através da sistematização crítica de suas práticas; e a segunda na socialização dos resultados alcançados, troca de saberes com outros profissionais, discentes de graduação e pós graduação na socialização dessas experiências.

Cavalcanti e Fernandes (2023: 37) destacam que

> na atualidade, o programa de extensão desenvolve atividades nas seguintes áreas temáticas: promoção da saúde, tabagismo e redução de danos; política de HIV/AIDS no Brasil; notificação e prevenção de violências; Serviço Social e políticas públicas; e saberes e práticas nas mídias. Dessa forma são desenvolvidos cursos, rodas de conversa, oficinas, ciclo de estudos e debates, encontros, dentre outros (CAVALCANTI & FERNANDES, 2023: 37).

A oficina de produção de resumos está vinculada a iniciativa de desenvolvimento de competências na área de saúde pública, especificamente ao projeto *Serviço Social e políticas públicas*, atividade integrante do *Programa de extensão Saberes e Práticas no SUS*.

Essas autoras, sistematizaram o processo de supervisão de extensionistas nas atividades vinculadas ao programa de extensão, sendo

> possível discutir a proposta de elaboração de projetos de intervenção no contexto da saúde pública junto aos extensionistas, trazendo assim singularidades às atividades destes à época. Tais ações nos impulsionaram a incluir essa metodologia de trabalho nas propostas dos cursos desenvolvidos. Assim, passou-se a adotar a proposta como parte integrante dos cursos vinculados aos projetos e posteriormente do programa de extensão (CAVALCANTI & FERNANDES, 2023: 37).

Assim, a oficina de produção de resumos para eventos científicos seguiu essa metodologia de trabalho.

Do planejamento e facilitação da oficina participaram 06 (seis) extensionistas, dentre os quais 02 (duas) discentes de Graduação em Enfermagem, 01 (uma) discente de Graduação de Fonoaudiologia, 01 (uma) Assistente Social Residente e 01 (um) Psicólogo Residente, ambos vinculados ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Mulher e da Criança – UFPA e 01 (uma) técnica extensionista da Universidade de Pernambuco (UPE).

De posse do material os extensionistas prepararam roteiro e material de discussão, tendo sido realizado 02 (dois) encontros para planejamento, executando a oficina. Os extensionistas foram acompanhados da coordenação da atividade, nos termos de Cavalcanti e Fernandes (2022); Cavalcanti *et al* (2022b); Cavalcanti, Fernandes e Rocha (2021).

A *oficina de produção de resumos* ocorreu nos dias 03, 04, 10 e 11 de junho de 2022, com atividades síncronas e assíncronas, utilizando como repositório o *Google Sala de Aula* e para encontros online o *Google Meet*, totalizando 12 horas. As temáticas foram centrais nesse processo: Extensão Universitária no contexto da saúde pública, produção de resumos para eventos científicos no formato de relato de experiências.

Na discussão da primeira temática *Extensão Universitária no contexto da saúde pública* utilizou-se os seguintes textos de apoio às discussões: Cavalcanti *et al* (2022a); Cavalcanti *et al* (2022c); Cavalcanti (2021); Cavalcanti *et al* (2021a); Cavalcanti *et al* (2021b); Fernandes *et al* (2021); e Santana *et al* (2022).

Neste sentido, foi solicitado aos participantes da oficina que efetuassem a leitura de dois entre os textos disponibilizados para leitura de forma assíncrona e produzisse um resumo entre 400 (quatrocentas) e 600 (seiscentas) palavras para socialização durante a atividade síncrona.

Durante o encontro síncrono, os extensionistas facilitaram a discussão dos textos em formato de roda de conversa, utilizando roteiros de discussão, vídeos de apoio e discussões vinculadas à experiencia vivenciada enquanto extensionistas e as contribuições desse processo em sua formação.

Na discussão da segunda temática *produção de resumos para eventos científicos no formato de relato de experiências* foram utilizados os seguintes textos de apoio: Barreto (2008); Japiassú (2013); e Pereira (2013). Dessa forma, foi solicitado aos participantes a leitura dos textos disponibilizados e a realização da primeira versão do resumo para leitura e contribuições.

Nesta etapa, foi sugerido o seguinte roteiro: Título; Objetivos; Desenvolvimento/ Relato da Experiência; Considerações Finais; Referências. Foi sugerido estar entre 2.000 e 2.500 caracteres. Caso o participante já tivesse escolhido um evento científico, poderia adotar o formato solicitado pelo próprio evento.

Durante o encontro síncrono, os extensionistas apresentaram diferentes roteiros e etapas para a elaboração de resumo e em formato de roda de conversa possibilitaram a partilha entre os participantes acerca das dificuldades e facilidades da escrita científica vinculada à produção de um resumo para evento científico.

Na última etapa, foi disponibilizado o *Edital para Submissão de Trabalhos Científicos do VI Simpósio do Complexo Hospitalar da Universidade de Pernambuco* que estava recebendo trabalhos até o dia 15 de junho de 2022. Entretanto, a submissão do resumo em eventos científicos foi opcional, não sendo necessário a comunicação, caso o fizesse.

Nesta etapa, também foi sugerido acessar a página da Editora da Universidade de Pernambuco (EDUPE) para fins de consulta, cuja leitura era opcional, dentre eles: *Anais do Simpósio do Complexo Hospitalar da Universidade de Pernambuco*; e *Semana Universitária UPE*.

Ao longo do processo foram finalizados 13 (treze) resumos, com duas versões cada. Destes, 09 (nove) resumos foram publicados nos *Anais do Simpósio do Complexo Hospitalar da Universidade de Pernambuco.* A busca foi realizada pelos títulos e/ou autores. Não temos informações se todos os resumos foram submetidos, visto que essa etapa era opcional.

Nº	TÍTULO DO RESUMO	MODALIDADE	AUTORES
01	PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL-EIP: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PET-SAÚDE TOCANTINS 2019-2021	Relato de Experiência	MONTALVÃO; NAZARENO; SILVA.
02	TRABALHO DIGITAL DE ASSISTENTES SOCIAISNA REDE DE SERVIÇOS DURANTE A PANDEMIA	Relato de Experiência	BATISTA; MEDEIROS; INÁCIO.
03	CRIATIVIDADE E ACOLHIDA EM UM GRUPO DE COMUNICAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA	Relato de Experiência	SILVA.
04	CICLO DE ESTUDOS: FACILITAÇÃO DO DEBATE SOBRE REFORMA SANITÁRIA NO BRASIL	Relato de Experiência	OLIVEIRA; BESERRA; CAVALCANTI.
05	CICLO DE ESTUDOS: UM DEBATE SOBRE REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL	Relato de Experiência	OLIVEIRA; SILVA; CAVALCANTI.
06	SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E POLÍTICA DE SAÚDE BRASILEIRA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	Relato de Experiência	SILVA; ARRUDA; CAVALCANTI.
07	MONITORIA DO MINICURSO PROMOÇÃO DA SAÚDE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: QUESTÕES INTRODUTÓRIAS	Relato de Experiência	COSTA; OLIVEIRA; SILVA; LIRA; MACENA; CAVALCANTI.
08	FORMAÇÃO EM HIV/AIDS: CONTRIBUIÇÕES PARA A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM	Relato de Experiência	DELGADO; AVELAR; FERNANDES; CAVALCANTI; GOMES.
09	OFICINA DE PRODUÇÃO DE RESUMOS PARA EVENTOS CIENTÍFICOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	Relato de Experiência	MOURA; DELGADO; FERNANDES; OLIVEIRA; PEREIRA; SOARES; COSTA; CAVALCANTI.

Quadro 01 – Resumos publicados em Anais de evento científico.

Tais produções são frutos de atividades extensionistas pautadas na interdisciplinaridade desenvolvidas enquanto *programa de extensão* e da reflexão vinculada ao longo de todo o processo – planejamento, fundamentação, execução e análise da atividade.

RESULTADOS

Ao longo do desenvolvimento da oficina de produção de resumos para eventos científicos, foram produzidos 13 (treze) resumos, dos quais 09 (nove) foram apresentados e publicados no *VI Simpósio do Complexo Hospitalar da Universidade de Pernambuco: Saúde Digital, Desafios e oportunidades*, representando 69,23% dos trabalhos produzidos.

Acessaram o repositório da oficina 77 (setenta e sete) inscritos, participando dos momentos de sua escolha. Como desdobramento da proposta, os extensionistas foram convidados a ministrar minicurso sobre produção de resumos expandidos para eventos científicos no formato de relato de experiência, em 29 de junho de 2022, durante a *Formação em Violência e Saúde Pública. Desafios e enfrentamentos para os profissionais de Saúde*, ocorrida entre junho e agosto de 2022, atividade integrante do *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS*. Neste segundo momento, participaram outras 40 (quarenta) pessoas.

Neste contexto, a proposta de oficinas para produção de resumos para eventos científicos foi incorporada à metodologia de trabalho utilizada pelo *programa de extensão*, enquanto estratégia de sistematização do processo vivenciado pela equipe extensionista – e do público alvo das atividades, divulgação dos resultados e estimulo a produção científica.

Mediante o processo de facilitação de atividades formativas, a experiência incentivou o desenvolvimento de competências no processo de ensino aprendizagem e partilha de saberes e práticas para o SUS que podem reverberar na melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária dos serviços de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oficina de produção de resumos para eventos científicos se configurou em importante estratégia de sistematização da prática cotidiana nos serviços de saúde, contribuindo com o processo de letramento científico desses profissionais, enquanto processo contínuo e permanente.

Concomitantemente desenvolveu competências no processo formativo de discentes de graduação e pós graduação na área de saúde, contribuindo para o processo de socialização do conhecimento e divulgação da ciência. O *programa de extensão* contribui com o processo de transformação da sociedade através de trocas e saberes compartilhados para o Sistema Único de Saúde – SUS.

Em tempos adversos de negação da ciência, promover espaço de troca de saberes

e estímulo à produção científica – incluindo a produção de resumos para eventos científicos – deve ser incentivado, ampliado e reafirmado. Foi a ciência que nos trouxe até este momento de partilha e que possibilitará seguir adiante.

Neste sentido, aceitamos o desafio enquanto profissionais de saúde, comprometidos com a defesa de uma política pública de qualidade, gratuita e de vinculação estatal de contribuir para o aprendizado compartilhado junto ao letramento científico e divulgação da ciência.

REFERÊNCIAS

BARATA, G. Divulgação da Ciência. *In*: MORAIS, A.; RODE, S. de M.; GALLETI, S. (Org.) **Desafios e perspectivas da editoria científica: memórias críticas do ABEC Meeting Live 2021** Botucatu, São Paulo: ABEC Brasil, 2022. Disponível em: https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Desafios_e_perspectivas_da_editoria_cientifica_2021.pdf Acesso: 15.jun.2023.

BARRETO, A. de C. Escrevendo para publicação: Resumos. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 477-478, dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572008000200021&lng=pt&nrm=iso Acesso em 15.jun.2023.

BERTOLDI, A. Alfabetização científica versus letramento científico: um problema de denominação ou uma diferença conceitual? **Revista Brasileira de Educação** v. 25 e250036 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zWmkbLPy9cwKRh9pvFfryJb/ Acesso: 20.jun.2023.

CAVALCANTI, S.A.U. Promoção da Saúde. Tabagismo e Redução de Danos no SUS: A Experiência vinculada ao Projeto de Extensão Pode Respirar! Discutindo Promoção da Saúde no SUS/UPE In: CAVALCANTI, S. A. U. **A atuação do Assistente Social na Saúde: contribuições para o debate**, Ponta Grossa, Atena Editora, 2021. Disponível em: https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/health-promotion-smoking-and-damage-reduction-in-sus-the-experience-linked-to-the-extension-project-can-breathe-discussing-health-promotion-in-sus-upe Acesso em: 06.mai.2023.

CAVALCANTI, S. A. U.; FERNANDES, R.A.C.; BARBOSA, C. V. de O.; ARRUDA, M. F. A; LIRA, A. K. de A.; FERREIRA, D. B. F.; CABRAL, R. da S.; OLIVEIRA, K. R. de; SILVA, T. G. da; OLIVEIRA, V. S. A. de. (2022a) Ciclo de Estudos e Debates em Saúde Pública: Espaço de Aprendizado compartilhado para o SUS. *In:* CAVALCANTI, S.A.U. (Org.) **Envelhecimento populacional: Consequências e Desafios atuais e futuros.** Ponta Grossa, Atena Editora, 2022. Disponível em: https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/ciclo-de-estudos-e-debates-em-saude-publica-espaco-de-aprendizado-compartilhado-para-o-sus. Acesso: 06.mai.2023

CAVALCANTI, S. A. U.; FERNANDES, R.A.C.; BARBOSA, C. V. de O.; DELGADO, F. A. Prevenção e Enfrentamento de violências no contexto da Saúde Pública: contribuições para o debate. (2021a) In: CAVALCANTI, S. A. U. **Prevenção e enfrentamento de violências: Experiências e produção do conhecimento no âmbito das políticas públicas no Brasil.** Ponta Grossa, Atena Editora, 2021. Disponível em: https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/prevencao-e-enfrentamento-de-violencias-no-contexto-da-saude-publica-contribuicoes-para-o-debate Acesso: 26.mai.2023

CAVALCANTI, S. A. U.; FERNANDES, R. A. C.; ARRUDA, M. de. F. A; LIRA, A. K. de A.; FERREIRA, D. B.; CABRAL, R. da S.; OLIVEIRA, K. R. de; LIMA, C. P, S. de; DELGADO, F. A.; MONTEIRO, S. F.; QUEIROZ, S. A. U de; SILVA; T. G. da; MACENA, T. G. de L. (2022b) Monitoria em Cursos de Extensão: Espaço compartilhado de Saberes e Práticas para o SUS. In: CAVALCANTI, S. A. U. (Org.) **Saúde Pública: Impactos e Desafios da Pandemia de Covid-19**. Ponta Grossa, Atena Editora, 2022. Disponível em: https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/monitoria-em-cursos-de-extensao-espaco-compartilhado-de-saberes-e-praticas-para-o-sus Acesso: 06.mai.2023

CAVALCANTI, S. A. U.; FERNANDES, R. A. C.; ROCHA, S. N. R.; BARBOSA, C. V. de O.; OLIVEIRA, K. R. de. Mapeamento das publicações no âmbito do Programa de extensão Saberes e Práticas no SUS: contribuições para a divulgação da ciência. In: CAVALCANTI, S. A. U. (Org.) **Pesquisa interdisciplinar nas ciências humanas e sociais aplicadas.** Ponta Grossa, Atena Editora, 2023. Disponível em: https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/mapeamento-das-publicacoes-no-ambito-do-programa-de-extensao-saberes-e-praticas-no-sus-contribuicoes-para-a-divulgacao-da-ciencia Acesso: 16.jun.2023

CAVALCANTI, S. A. U.; FERNANDES, R. A. C.; ROCHA, S. N. R.; FERREIRA, D. B.; CABRAL, R. DA S.; OLIVEIRA, K. R. DE; DELGADO, F. A.; QUEIROZ, S. A. U. de. (2022c) Encontro saberes e práticas no SUS: Espaços de aprendizados compartilhados para o SUS. **Capim Dourado: Diálogos em Extensão**, v. 4, n. 3, p. 21-31, 7 mar. 2022. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/capimdourado/article/view/13676 Acesso: 20.mai.2023

CAVALCANTI, S. A. U.; FERNANDES, R. A. C.; ROCHA, S. N. R.; OLIVEIRA, K. R. DE; SILVA, D. M. N. DE L.; LUSTOSA, L. A.; BESERRA, T. R. N. (2021b) Promoção da Saúde e Extensão Universitária: Questões Introdutórias. **Capim Dourado: Diálogos em Extensão**, v. 4, n. 1, p. 33-42, 10 dez. 2021. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/capimdourado/article/view/12938 Acesso: 20.mai.2023

CAVALCANTI, S. A. U.; FERNANDES, R. A. C.; ROCHA, S. N. R. Saberes e Práticas no SUS: contribuições para o debate da Extensão Universitária no contexto da Saúde Pública. In: CAVALCANTI, S. A. U. **Políticas Sociais no Brasil: Reflexões sobre a pesquisa, ensino e cotidiano nos serviços**. Ponta Grossa, Atena Editora, 2021. Disponível em: https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/saberes-e-praticas-no-sus-contribuicoes-para-o-debate-da-extensao-universitaria-no-contexto-da-saude-publica Acesso: 06.mai.2023.

CAVALCANTI, S. A. U, FERNANDES, R.A.C. Projetos de Intervenção no contexto da Saúde Pública: contribuições para o debate da extensão universitária. *In*: CAVALCANTI, S. A. U. (Org.) **Serviço social no Brasil: Desafios contemporâneos 2**. Ponta Grossa, Atena Editora, 2023. Disponível em: https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/projetos-de-intervencao-no-contexto-da-saude-publica-contribuicoes-para-o-debate-da-extensao-universitaria Acesso: 06.mai.2023.

____. Contribuições do Serviço Social na Extensão Universitária no contexto da Saúde Pública (p.146-165). In: RODRIGUES, L. A. R., CARVALHO, O.F., TENÓRIO, R. M. F., SILVA, R. F. (Org.) **Extensão Universitária: experiências da curricularização na UPE**. Recife, EDUPE, 2022. Disponível em: https://www.edupe.upe.br/index.php/extensao-universitaria-experiencias-da-curricularizacao-na-upe Acesso: 06.mai.2023.

CUNHA, R. B. Alfabetização científica ou letramento científico?: interesses envolvidos nas interpretações da noção de scientific literacy. **Revista Brasileira de Educação** v. 22 n. 68 jan.-mar. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/cWsmkrWxxvcm9RFvvQBWm5s/?lang=pt&format=pdf Acesso: 20.jun.2023.

FERNANDES, R. A. C.; CAVALCANTI, S. A. U.; BARBOSA, C. V. de O.; BARBOSA FILHO, E. A. A Experiência do Projeto de Extensão Rede Interna de Atendimento às Pessoas em situação de violência: contribuições no processo de desnaturalização da violência In: CAVALCANTI, S. A. U. (Org.) **A atuação do Assistente Social na Saúde: contribuições para o debate**. Ponta Grossa, Atena Editora, 2021. Disponível em: https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/a-experiencia-do-projeto-de-extensao-rede-interna-de-atendimento-as-pessoas-em-situacao-de-violencia-contribuicoes-no-processo-de-desnaturalizacao-da-violencia. Acesso: 06.mai.2023

JAPIASSU, A. M. **Como elaborar e submeter resumos de trabalhos científicos para congressos**. Revista Brasileira de Terapia Intensiva. 2013;25(2):77-80 Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbti/a/NYgkSYM5tKvJ7Gm8nrwsMdL/ Acesso: 15.jun.2023

PEREIRA, M. G. O resumo de um artigo científico. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 22, n. 4, p. 707-708, dez. 2013. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742013000400017&lng=pt&nrm=iso Acesso: 15.jun.2023.

MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010 Acesso em: 13.mai.2023.

SANTANA, F. A de; FERNANDES, R. A.C.; SOUZA, J. H. S. de; SILVA, E. N. G. da; LIMA, P. S.; VALENÇA, K. de S. L. Projeto de Intervenção: Educação em Saúde para Prevenir a Violência Contra a Mulher. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v.13, n.1, p.96-101, 2022 (Edição especial). Disponível em: https://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/6276 Acesso: 27.mai.2023

SANTOS, W. L. P. dos. Educação científica na perspectiva de letramento como prática social: funções, princípios e desafios. **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 36 set./dez. 2007 Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/C58ZMt5JwnNGr5dMkrDDPTN/?lang=pt Acesso: 20.jun.2023

O PATRIMÔNIO EDIFICADO DAS IRMANDADES RELIGIOSAS DE VITÓRIA (ES) E SUA HISTÓRIA COMO POTENCIAL TURÍSTICO

Data de aceite: 03/07/2023

Poliana Santos da Silva
Graduada em Turismo pela FESV
Faculdade Estácio de Vitória - FESV, Brasil
http://lattes.cnpq.br/1082775162958049

Adriana Sartório Ricco
Turismóloga, Mestre em Educação, Administração e Comunicação pela Faculdade São Marcos (SP) e professora da FESV. Faculdade Estácio de Vitória - FESV, Brasil
http://lattes.cnpq.br/1753866349409100.

RESUMO: Este estudo teve como objetivo apontar as contribuições das Irmandades religiosas de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção e de São Benedito do Rosário para a construção da história e para o turismo religioso e cultural na cidade de Vitória. Como procedimento metodológico, trata-se de uma pesquisa exploratória, cujo delineamento foi a pesquisa bibliográfica, documental e o estudo de caso, utilizando-se como instrumento de coleta entrevista semiestruturada dirigida aos provedores e membros das referidas irmandades e historiadores. O resultado é que o mais relevante legado das irmandades são as tradições das festividades mantendo a sua autenticidade religiosa e sua resistência ao longo do tempo e faz um alerta para a necessidade de conservação do acervo bibliográfico e sobre a diminuição da quantidade de membros dessas entidades comprometendo a sua perpetuação.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo Cultural e Religioso. Irmandades Religiosas. Patrimônio Histórico e Cultural.

THE BUILT HERITAGE OF THE RELIGIOUS BROTHERHOODS OF VITÓRIA (ES) AND ITS HISTORY AS A TOURISTIC POTENCIAL

ABSTRACT: This study aimed to point out the contributions of the religious brotherhoods of Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção and São Benedito do Rosário for the construction of the history and for the religious and cultural tourism in the city of Vitória. As a methodological procedure, this is an exploratory research, whose delineation was the bibliographic, documentary and case study research, using as a collection tool semi-structured interviews addressed to the trustees and members of these brotherhoods and historians. The result is that the most

relevant legacy of the brotherhoods are the traditions of the festivities keeping their religious authenticity and their resistance over time and makes an alert for the need of conservation of the bibliographic collection and about the decrease in the amount of members of these entities compromising their perpetuation.
KEYWORDS: Cultural and Religious Tourism. Religious Brotherhoods. Historical and Cultural Heritage.

1 I INTRODUÇÃO

O Centro Histórico de Vitória teve seu início de ocupação no local conhecido hoje, como Cidade Alta. A topografia da ilha dificultava a ocupação das encostas junto a baía e definia os espaços nobres ocupados especialmente pelo poder religioso. As edificações religiosas foram construídas de acordo com a necessidade de defesa por causa das frequentes tentativas de invasão pelos holandeses e franceses. Com um rico patrimônio arquitetônico com roupagem colonial barroca preserva edificações datadas do século XVI e nos remetem ao período inicial da ocupação da cidade. E por trás desse patrimônio cultural e religioso, há histórias contadas, transmitidas e registradas pelos leigos.

Os leigos católicos não fazem parte de ordens religiosas e são desconhecidos por muitos como formadores ativos da história. Pessoas que se uniram em razão da fé em associações que veneram distintos padroeiros, formando assim as Irmandades Religiosas ou Confrarias, instituições que têm por objetivo prestar serviços de ajuda mútua que vão desde a realização de festas e romarias, à promoção de sepultamento o e auxílio aos irmãos necessitados (doentes, presos, cativos).

As irmandades construíam suas próprias igrejas e seu maior compromisso com seus sócios era oferecer um funeral digno para seus membros. Tinha caráter étnico dando importância às categorias raciais e sociais, existindo irmandades formadas só por homens brancos, pardos e escravos.

As igrejas construídas pelas irmandades refletem o estilo colonial barroco, edificadas no século XVIII, utilizando mão de obra escrava. Dispõem de um rico patrimônio de obras sacras com a intenção de despertar nos fiéis emoções puras e singelas e revelar a visão do Paraíso ainda na Terra. Esta pesquisa pretende levantar a importância das irmandades religiosas e suas contribuições para a história de Vitória e o cenário atual como se configuram.

O turismo cultural não surge apenas como um entretenimento, mas como uma ampliação do conhecimento propiciando o intercâmbio entre culturas diferentes, a partir da possibilidade de conviver com o outro e suas diferenças e com a construção da história e seu legado. Sendo que a principal característica deste movimento do turista é a interação temporária com os moradores de uma localidade turística, gerando uma série de impactos. Essas localidades são detentoras de elementos culturais, históricos, alguns deles inclusive constituindo um rico patrimônio histórico-cultural.

Esse tema se justifica pela necessidade de levantar o legado cultural e histórico das Irmandades Religiosas de Vitória e a importância de preservar a história para o futuro, bem como o valor desse patrimônio para o turismo. Sua importância se reflete em não deixar cair no esquecimento aqueles que foram construtores da história no passado sendo os refletores do futuro.

Diante do exposto, este trabalho apresenta como problema de pesquisa: Quais as contribuições das Irmandades religiosas para a perpetuação da história e como potencial para o turismo? E como objetivo geral, este trabalho se propôs a apontar tais contribuições, a partir de um estudo sobre as irmandades e seu cenário atual, ressaltando o legado cultural dessas irmandades para a atividade turística.

Como procedimento metodológico, a pesquisa, quanto aos objetivos, é do tipo exploratória, cuja finalidade é proporcionar maior familiaridade com o problema visando torná-la mais explícita. A técnica de investigação utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental. Também foi realizada pesquisa de campo cujo delineamento foi o estudo de caso a fim de analisar as contribuições das Irmandades Religiosas para a perpetuação da história e como legado para o turismo. Com relação ao local de coleta, foi campo de estudo a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção e Irmandade de São Benedito do Rosário. Para a realização da coleta de dados, que subsidiaram a presente pesquisa, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas dirigidas aos provedores e membros das referidas irmandades e historiadores. Ainda foi realizado estudo de campo por meio da observação participante, por ocasião das procissões e festas das irmandades citadas.

Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa, pois descreve a complexidade do problema e permite o envolvimento do pesquisador nas experiências dos entrevistados, analisando sentimentos, sensações, percepções e intenções. Para a análise, os dados das entrevistas foram tratados de forma não estatística, codificando as respostas a partir de sua transcrição, para depois estruturá-los e analisá-los. Na fase final de interpretação foi feito um cruzamento de dados que permitiu perceber as relações entre as várias categorias de informações, bem como uma leitura mais ampla desses dados, confrontando-os com os conceitos teóricos.

2 I AS IRMANDADES DE VITÓRIA E SUA HISTÓRIA

As irmandades religiosas eram associações de leigos católicos que tiveram importância no Brasil Colonial e Imperial, a partir do século XVIII. Estas cumpriam papel fundamental na promoção da fé católica, por meio das festas em torno dos santos de devoção, e também eram agentes atuantes na construção de capelas e igrejas, no cuidado com a liturgia que envolvia os enterros, além de exercerem, também a função de caridade conforme seu estatuto.

“Desempenhavam também o papel de fundamental importância no processo de

ascensão social e de aculturação” (BONICENHA, 1966, p. 23). Eram, enfim, expressão máxima de um catolicismo que se dava por meio do associativismo. Cada irmandade possuía seu estatuto próprio, suas assembleias e seus cargos administrativos com funções estabelecidas no estatuto. Geralmente os cargos administrativos são: provedor, vice-provedor, primeiro e segundo secretário, primeiro e segundo tesoureiro e consultor jurídico.

Para Bonicenha (2004, p. 25):

> As irmandades não trabalhavam de graça para seus membros. Estes as sustentavam por meio de joias de entrada, anuidades, esmolas coletadas, periodicamente, loterias, rendas de propriedades e legados em testamentos. Os recursos auferidos dessas várias fontes eram gastos nas obrigações para com os irmãos e em caridade pública; na construção, reforma e manutenção de suas igrejas, asilos, hospitais e cemitérios; na compra de objetos de culto, como imagens, roupas, bandeiras, insígnias; nas folhas de pagamento de capelães, sacristãos, funcionários; e, não pouco, nas despesas com as suas festas anuais.

As irmandades se distinguiam de acordo com sua cor, profissão, sexo e nacionalidade, por exemplo, “Irmandades dos Homens Brancos, Irmandades dos Homens Pardos ou, ainda, Irmandades dos Homens Pretos, formando assim, entidades fechadas em torno de sua situação social e gênero” (BONICENHA, 2004, p.25). Por exemplo, a Irmandade do Santíssimo Sacramento era composta por brancos. “A finalidade específica da irmandade é fomentar e incentivar o culto a eucaristia” (BONICENHA, 2004, p.157).

No século XIX a irmandade mandava celebrar missas toda quinta-feira que se tornou uma tradição na cidade, sempre assistidas pelo presidente da Assembleia, desembargadores, juízes, autoridades em geral, com o título de irmãos do Santíssimo Sacramento (ELMO, 2014). Os irmãos promoviam a procissão de Corpus Christi a maior celebração do ano em Vitória, de acordo com o Historiador WalaceBonicenha (2004, p. 157) “os homens, membros da elite, vestiam opas de seda vermelha com a hóstia bordada em fios de ouro [...]”.

Durante o século XVIII, Vitória, havia várias irmandades tais como: Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora dos Remédios, da Misericórdia, São Benedito, Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Nossa Senhora do Amparo e da Boa Morte e Nossa Senhora da Conceição. Algumas foram extintas, outras trocaram de nome e algumas permanecem vivas até hoje.

Esta pesquisa tem seu foco nas Irmandades da Venerável Arquiconfraria de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção, e na Irmandade de São Benedito do Rosário, por suas contribuições para a formação da história da cidade de Vitória e serão vistas nos próximos capítulos.

2.1 Irmandades de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção

"*Nossa Arquiconfraria*

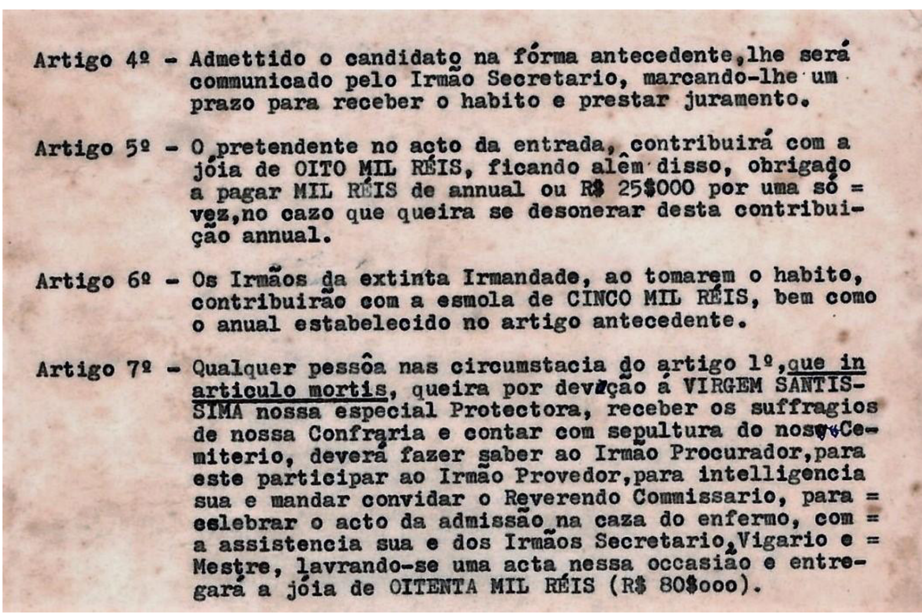
Vive em nossos corações

Protegida por Jesus,

Boa Morte e Assunção"[1]

A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção foi fundada em 1707 (ESTATUTO, art. 1º), pelos homens pardos livres e cativos. Entretanto, na época da fundação era composta por mais uma irmandade, sendo o seu nome primitivo Irmandade de Nossa Senhora do Amparo e da Boa Morte. "As divergências entre os pardos livres (Boa Morte e Assunção) e os cativos (Amparo), levou à extinção da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo" (BONICENHA, 2004, p. 140). Prevalecendo, apenas, a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção.

Para uma pessoa ingressar na irmandade, deveria apresentar um requerimento à Mesa administrativa, e à comissão formada pelos irmãos mais velhos que avaliavam (BONICENHA, 2004). "No ato de ingresso contribuir com uma 'joia', ou seja, com uma certa quantia em dinheiro oferecida como esmola" (BONICENHA, 2004, p. 137). Abaixo, o Estatuto da Irmandade, datado de 1870, evidencia o pagamento da referida jóia:


Artigo 4º - Admettido o candidato na fórma antecedente, lhe será communicado pelo Irmão Secretario, marcando-lhe um prazo para receber o habito e prestar juramento.

Artigo 5º - O pretendente no acto da entrada, contribuirá com a jóia de OITO MIL RÉIS, ficando alêm disso, obrigado a pagar MIL RÉIS de annual ou R$ 25$000 por uma só = vez, no cazo que queira se desonerar desta contribuição annual.

Artigo 6º - Os Irmãos da extinta Irmandade, ao tomarem o habito, contribuirão com a esmola de CINCO MIL RÉIS, bem como o anual estabelecido no artigo antecedente.

Artigo 7º - Qualquer pessôa nas circumstacia do artigo 1º, que in articulo mortis, queira por devoção á VIRGEM SANTISSIMA nossa especial Protectora, receber os suffragios de nossa Confraria e contar com sepultura do nosso Cemiterio, deverá fazer saber ao Irmão Procurador, para este participar ao Irmão Provedor, para intelligencia sua e mandar convidar o Reverendo Commissario, para = celebrar o acto da admissão na caza do enfermo, com = a assistencia sua e dos Irmãos Secretario, Vigario e = Mestre, lavrando-se uma acta nessa occasião e entregará a jóia de OITENTA MIL RÉIS (R$ 80$ooo).

Foto 1: Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção

Fonte: Arquivos históricos impressos da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção (1870).

1. Hino Oficial de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção, letra e música: João Batista Muylaert de Araújo, Vitória-ES, 15 de Agosto de 1988.

O estatuto da irmandade de 1870 faz uma referência aos novos candidatos e irmãos da extinta irmandade no Capítulo I - Das obrigações, recepções e reuniões dos Irmãos, autorizando a partir de então o ingresso de “homens e mulheres brancas”. Atualmente, para entrar na irmandade tem que ter entre 18 a 50 anos, ambos os sexos, ser batizados, possuidores de boa conduta e ser Católico participante (ESTATUTO**,** art. 2º, 1987). E desde que aceitem o presente Estatuto: “[...] Fomentar a devoção à Nossa Senhora, Mãe da Igreja, através da vivência pessoal no ambiente de trabalho em ação filantrópica na promoção humana dos irmãos e de terceiros menos favorecidos” (ESTATUTO, art. 1º, 1987) [2]. De acordo com art. 3 da Irmandade, o pedido para admissão será feito por meio de uma petição escrita, ser apresentada por um confrade (ter mais de dois anos na irmandade), à Diretoria, e aprovado pelo Conselho Fiscal. Se aprovado, o novo confrade pagará uma ‘joia’ equivalente a 5% do salário mínimo regional.

No livro de Membros da Irmandade e na lista de donos de sepulturas perpétuas, consta admissão de imigrantes italianos (sobrenomes Gianordoli, Ruschi, Ponzo, Borgo, Brotto) e portugueses (sobrenome Grijó). Entre as personalidades que fizeram parte da irmandade podemos destacar André Carloni italiano, arquiteto autodidata, projetou o Theatro Carlos Gomes de Vitória, e representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1948. E Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo por duas vezes (CANAL FILHO, 2010).

No dia dezessete de agosto de 2007, a Irmandade completou 300 anos de existência e tradição. A festa, em comemoração aos 300 anos, teve início no dia 12 a 20 de agosto de 2007 (durante a gestão da Provedora Vera Maria Benezath Ferraz Rodrigues), com participação de diferentes padres e dois Arcebispos, Dom Luiz Mancilha Vilela Arcebispo Metropolitano de Vitória e Dom Geraldo Lyrio Rocha, Arcebispo de Mariana e Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, como constam na programação da festividade. A Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo conferiu homenagem aos 300 anos da fundação da irmandade.

2.2 Irmandade de São Benedito do Rosário

A Irmandade de São Benedito do Rosário nasce da primitiva Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que já existia em 1765 (ELMO, 2014), no início da construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Vitória, mas a troca de nome se deu a partir de uma briga política e social, “Caramuru e Peroá”. Foi um conflito entre a “Irmandade de São Benedito, tendo como sede a capela da Ordem Terceira do Convento de São Francisco” (BONICENHA, 2004, p. 144) e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

Os irmãos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, “[...] não só bastava a

2. Estatuto da Venerável Arquiconfraria de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção, 15 de janeiro de 1987.

veneração mariana, visto que queriam, também, prestar culto a São Benedito, que lhe era da mesma cor e cuja devoção, no Espírito Santo, já datava de 1595" (ELTON, 1988, p. 16).

A Irmandade de São Benedito do Rosário, composta por negros cativos e escravos surge em devoção mariana a Nossa Senhora do Rosário e ao santo negro São Benedito. Para o historiador Walace Bonicenha (2004, p. 144):

> As irmandades negras, além de contribuírem para aumentar o sincretismo religioso, se tornaram espaço de solidariedade; de fortalecimento do sentimento religioso pela devoção em conjunto; possibilidade da liberdade, através da alforria, e o prazer das festas coletivas, sem a fiscalização do senhor.

"Com duas irmandades devotas do santo, começou acontecer na vila duas procissões: uma que saía do Convento de São Francisco e outra da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, mas, apenas, uma única imagem do santo" (CANAL FILHO, 2010, p. 45). E, assim, compartilhavam a imagem. De 1º janeiro até o Corpus-Christi a imagem ficava no Convento de São Francisco. Após a procissão, a imagem ficava na Igreja do Rosário, até o ano seguinte (CANAL FILHO, 2010).

Em 1832, o frei guardião do Convento Manuel de Santa Úrsula não permitiu que a imagem saísse para procissão, pois estava chovendo. Os componentes da Irmandade acreditavam que se a imagem saísse para a procissão, a chuva cessaria (ELTON, 198). O guardião não permitiu que a imagem saísse para o cortejo e gerou rixa interna entre ele com a Irmandade de São Benedito (CANAL FILHO, 2010).

De acordo com o historiador Elmo Elton (1988, p. 17):

> Sabedor, posteriormente, de que a havia um plano arquitetado para retirar do São Francisco e levar ao Rosário a imagem de São Benedito, frei Manuel baixou-a do altar, escondendo-a numa saleta. Pouco depois, é substituído no guadionato, por frei Antônio de São Joaquim, "sarcedote já idoso, bom orador e sacro, inteligente e ilustrado, mas bastante surdo, pelo que usava de uma tropa para melhor ouvir", sendo que, em decorrência de pedidos de devotos no sentido de que a imagem do santo fosse recolocada em seu altar, o frade acabou atendendo a tais pedidos.

Em 23 de setembro de 1833, alguns irmãos negros, retiram a imagem de São Benedito do Convento de São Francisco e a levam para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário:

> [...] Antônio Motta, um africano, segura a imagem do santo de Palermo, e Elias de Abreu, um crioulo, estes dois libertos, juntamente com Domingos do Rosário, enrolam a Imagem em uma toalha e fogem rapidamente, em aligeirada carreira. Mas não conseguiram fazer o furto sem testemunha. De suas casas, ou de onde estavam, testemunhavam o tenente Antonio Augusto Nogueira da Gama, e o capitão Francisco Rodrigues de Barcellos Freire. [...] Na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, foi a imagem do glorioso São Benedito recebida ao som de vivas e foguetes. Não descansam os irmãos de São Benedito, e formam uma guarda unida e fiel, que durante largo período, de sentinela ficou, para quê não pudesse aquela venerada imagem, ser dali retirada (DESSAUNE apud BONICENHA, 2004, p. 148).

Com base no informativo em comemoração aos 180 anos da Irmandade de São Benedito, consta que a partir da "guarda" da imagem de São Benedito é que surge a Irmandade de São Benedito do Rosário, não sabendo exatamente o ano da sua existência.

Os irmãos do Convento, inconformados, encomendaram outra imagem de São Benedito, a Francisco das Chagas Coelho, colocando no antigo altar, existindo em Vitória no século XIX duas irmandades levando o nome do santo negro. O apelido "Caramuru" foi dado aos Irmãos da Irmandade de São Benedito do Convento de São Francisco, por causa das exibições de riquezas. Caramuru era um partido que havia na Corte e se caracterizava pelas constantes disputas e rugas políticas (ELTON, 1988).

Os irmãos do Convento não sabendo tal motivo pelo apelido acreditavam ser referente a um peixe que também tem o nome caramuru, "peixe valente, viscoso, feio e mau, que sempre pica o pescador incauto e desprevenido [...]" (ELTON, 1988, p.21), que tinha a mesma cor esverdeada dos seus manteletes. Então, revidaram apelidando os Irmãos da Irmandade de São Benedito do Rosário de peroá "pescado sem valor na época e que possuía listras azuis, a mesma cor da irmandade da Igreja do Rosário" (CANAL FILHO, 2010, p. 49).

Durante esse período, as procissões tinham um cumprimento ou saudação, como descreve Elmo Elton (1988, p. 24):

> Quando a procissão do Rosário passava em frente ao convento, os irmãos caramurus, que já haviam colocado o santo no andor e descido até a rua, aguardavam a passagem do outro São Benedito e, durante alguns instantes, se defrontavam em simbólica saudação, enquanto que vivas, foguetes, girândolas e o dobre festivo dos sinos atroavam os ares. No meio do ano, repetia-se a cerimônia, na passagem da procissão dos franciscanos pela rua do Rosário.

As mulheres peroás, na procissão, usavam vestes com detalhes azuis, e as caramurus com detalhes verdes, mas de acordo com o historiador Jair Etienne Dessaune (apud ELTON, 1988, p. 25):

> Uma das mais ferrenhas partidárias de uma Irmandade mandou fazer sandálias da cor do partido rival, para mostrar superioridade, carregando aos pés, pisando-o. O costume chegou. Peroás vestiam azul de todo jeito, mas calçavam sandálias verdes, e caramurus não relaxavam em arrastar sempre os pés, pisando sandálias azuis, como o azul peroá.

Cada irmandade tinha sua banda de música própria e "se apresentavam protegidas por fortes homens. Dentro da rivalidade entre os dois grupos, a maior proeza era furar o bumbo da banda do partido adversário" (CANAL FILHO, 2004, p. 50). Nem todas as ruas de Vitória tinham calçamento no século XIX, no dia da procissão dos caramurus e peroás, nas ruas em que a procissão passaria, os devotos cobriam o chão com areia fina, folhas de mangueira, ramos de manjericão e alecrim (ELTON, 1988).

Assim, ficou dividida a cidade de Vitória, Cidade Alta Caramuru que tem até um

Viaduto em sua homenagem, e Cidade Baixa Peroá. Em 1905 Dom Fernando de Souza Monteiro (terceiro bispo do Estado do Espírito Santo), reduz o número de procissões em Vitória proibindo a realização das duas procissões de São Benedito (BONICENHA, 200). A procissão retorna apenas no ano de 1918, com a chegada do novo bispo, Dom Benedito Paulo Alves de Souza (CANAL FILHO, 2004).

No século XX, a Irmandade de São Benedito do Convento de São Francisco trocou de nome para Irmandade de Santo Antônio dos Pobres. Não se sabe, exatamente, quando deixou de existir a Irmandade de Santo Antônio dos Pobres, mas ainda existe o seu cemitério, situado no Bairro de Santo Antônio em Vitória.

3 I O PATRIMÔNIO EDIFICADO COMO LEGADO HISTÓRICO

Segundo a concepção clássica, patrimônio refere-se ao legado que herdamos do passado e que são transmitidas as gerações futuras. Não podemos entender o patrimônio apenas como os vestígios tangíveis do processo histórico.

Todas as manifestações materiais de cultura criadas pelo Homem têm uma existência física num espaço e num determinado período de tempo. Algumas destas manifestações destroem-se e desaparecem, esgotadas na sua funcionalidade e significado. Outras sobrevivem aos seus criadores, acumulando-se a outras expressões materiais. E através da própria dinâmica da existência, estes objetos do passado alimentam, pela sua permanência no tempo, a criatividade de novas gerações de produtores de objetos, que acrescentam elementos às gerações anteriores. E assim a cultura flui.

Como afirma Ballart (apud SERRALONGA,1997, p.17), a noção de patrimônio surge “quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos identifica como seus um objeto ou um conjunto de objetos”. Nesse sentido o patrimônio é uma construção social. Aquilo que é ou não é patrimônio, depende do que, para um determinado coletivo humano e num determinado lapso de tempo, se considera socialmente digno de ser legado a gerações futuras.

Assim sendo, o patrimônio cultural compreenderá então todos aqueles elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais. Neste sentido, o elemento determinante que define o conceito de patrimônio é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade.

O patrimônio cultural simboliza a identidade cultural de uma comunidade (DIAS, 2006). A sociedade é representada pelo seu patrimônio, através do qual ela mesma se mostra. Está representada através da ideologia, cultura, religião, instituições, organizações e território, tudo o que representa o resultado das forças ativas dos seus membros.

A Constituição Federal de1988 no Artigo 2016 apresenta o patrimônio cultural brasileiro como:

> Art.2016 Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
>
> I – as formas de expressão;
>
> II – os modos de criar, fazer e viver;
>
> III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
>
> IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
>
> V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Segundo Ricco (2009, p.111) “o patrimônio cultural designa o significado e valor histórico, estético, científico e simbólico, como experiência individual ou coletiva do bem cultural de natureza material e/ou imaterial para as gerações passadas, presentes e futuras”. O patrimônio cultural é dividido entre material e imaterial (ou intangível). Para o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) o patrimônio cultural material é composto por:

> Um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos[3].

Horta (2005), numa proposição mais enfática, afirma que, na verdade, não existe patrimônio material, mas apenas um único patrimônio cuja natureza é imaterial, portanto se constrói e se configura no espírito de uma cultura que se transmite no tempo e no espaço. Esses espaços são campos de representação simbólica e sintética de uma sequência de ações, cristalizadas nos fragmentos e resíduos da matéria da cultura.

O artigo 2° da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) entende por patrimônio cultural imaterial:

> [As] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

O Ministério do Turismo (2006) fomenta a importância do patrimônio imaterial não “visível”, mas de um extremo valor, compreendido como o conjunto de tradições, festas,

3. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276/. Acesso em 15/09/2016.

costumes e valores que fazem parte do patrimônio cultural de cada grupo humano.

O Decreto nº 3.551/2000 instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, viabilizando a efetiva proteção administrativa dos bens culturais intangíveis que se relacionam à identidade e a ação de grupos sociais. Os bens culturais de natureza imaterial estariam incluídos, ou contextualizados, nas seguintes categorias que constituem os distintos Livros do Registro:

> I - Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. II - Formas de expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas. III - Celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social. IV - Lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas[4].

Para Schiavo (apud DIAS, 2010, p. 20) a relação entre cultura e religião é que contribuI para criação de valores, significados na afirmação da identidade coletiva. E as motivações de viagem para lugares sagrados germina o subproduto do turismo cultural, o turismo religioso.

Ansarah (1999, p. 125) afirma que “o turismo religioso é uma modalidade que movimenta um grande número de peregrinos em uma viagem pelo mistério da fé e da devoção a algum santo”. Shinde (apud SERRALONGA, HABOYAN, 2011, p.65) define “el turismo religioso como um término muy utilizado em la teoria y lapractica para hacer referência a lospatrones de viaje contemporâneo a lugares de peregrinación”.

O turismo religioso é motivado principalmente por visitas a lugares sagrados (igrejas, conventos, eventos religiosos), bem como a descoberta do valor histórico e da beleza artística. O patrimônio religioso, além da dimensão espiritual, possui elementos arquitetônicos, artísticos, histórico, simbólicos e paisagísticos que o transformam num importante recurso turístico de uma localidade. Segundo Levy (apud DIAS, 2006, p. 209):

> Os centros históricos das cidades constituem espaços simbólicos que abrigam a memória coletiva da sociedade que ali vive; são autênticos livros nos quais os vestígios do passado, presentes na paisagem atual, revelam a história da cidade e de seus habitantes.

Parellada (apud SERRALONGA, HAKOYAN, 2011, p. 69) insiste que o turismo religioso “respira losairesdel turismo cultural, pero no se reduce a ser simplemente um propagador de bienespatrimoniales, em su sentido mas amplio, de carácter religioso”. Os destinos religiosos muitas vezes se destacam pelo valor histórico cultural, pois o patrimônio cultural da igreja representa vestígios de uma história, através dos seus edifícios, documentos, hinos que refletem a história de um povo em uma determinada época.

4. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Decreto%20n%C2%BA%203_551%20de%2004%20de%20agosto%20de%202000.pdf. Acesso em 15/09/2016.

3.1 Bens Edificados pela Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção

A Igreja de São Gonçalo foi erguida no século XVIII, pela Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção (BONIENHA, 2004). A igreja foi construída voltada para o mar, erguida sobre uma pedra em uma área do escudo cristalino, que permitia o seu destaque na paisagem urbana, em pontos importantes da cidade de Vitória (CANAL FILHO, 2010).

As paredes chamam a atenção por sua espessura, "construída de pedra argamassada com cal, borra de óleo de baleia e areia" (CANAL FILHO, 2010, p. 47). A nave é o espaço destinado aos fiéis; a capela-mor é lugar onde se encontra o sacerdote, diáconos, ministros, o altar e o santíssimo.

Há também, o coro destinado aos músicos, a sacristia onde os padres se preparam para as missas e onde ficam guardados os paramentos e alfaias. As tribunas são espaços reservados para as pessoas influentes, que assistiam as cerimônias religiosas tendo uma visão privilegiada do sacerdote e da nave. E a sala de reuniões ou consistório onde os confrades realizavam suas reuniões (CANAL FILHO, 2010).

De arquitetura barroca, com o retábulo da capela-mor em madeira com detalhes em folha de ouro, onde estão localizados os principais santos da igreja. "O patrono da casa, São Gonçalo Garcia e as duas santas de devoção da irmandade, Nossa Senhora da Boa Morte e Nossa Senhora da Assunção" (CANAL FILHO, 2010, p. 51).



Foto 2: Altar da Igreja de São Gonçalo

Fonte: Poliana Santos da Silva, 2018.

Este monumento, apesar de ter sofrido intervenções em suas características arquitetônicas originais no século XX, em 1948 a igreja foi tombada como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, bem como:

> As imagens de Nossa Senhora do Amparo, Nossa Senhora da Boa Morte, São Gonçalo Garcia, Santo Inácio de Loyola, São Francisco Xavier, Santo Antônio com o Menino Jesus, um crucifixo do século XVIII com resplendor de prata e ainda duas credências e duas cadeiras de jacarandá com medalhões (BONICENHA, 2004, p. 95).

São Francisco Xavier e Santo Inácio de Loyola são os fundadores da ordem jesuíta e suas imagens foram transferidas para a Igreja de São Gonçalo com o fechamento da Igreja de São Thiago (atual Palácio Anchieta, sede do governo) em 1911. De acordo com Canal Filho (2010, p. 37), "as imagens são portuguesas do século XVII e foram confeccionadas em bronze" (fotos 3 e 4).





Fotos 3 e 4: São Francisco Xavier e Santo Inácio de Loyola.

Fonte: Poliana Santos da Silva, 2018.

O lema da bandeira do Estado do Espírito Santo, "TRABALHA E CONFIA" é de autoria de Jerônimo Monteiro (ex-governador do estado) e foi inspirado na doutrina de Santo Inácio de Loyola que significa: "trabalha como se tudo dependesse de ti e confia como se tudo dependesse de Deus" [5].

A igreja tem um acervo com várias imagens sacras, como as imagens de Nossa Senhora da Boa Morte, da Assunção, das Dores, das Neves e de São Francisco de Paula que são de roca. Para Pedro canal Filho (2010, p. 51) santa de roca é:

> É uma imagem sacra destinada a ser levada em procissão e que são vestidas com trajes de tecido. Seu corpo é feito de madeira e possui membros flexíveis, o que permite a movimentação e a mudança de posição da imagem.

5. Disponível em http://www.es.gov.br/Governo/paginas/simbolos_oficiais.aspx. Acesso em 10/10/2016.

A igreja é palco de rituais tradicionais da fé cristã, como a procissão de Nossa de Senhora da Boa Morte e Assunção realizada no mês de agosto. De acordo com o historiador Elton Elmo (2014, p. 51):

> Habitualmente precedidas de tríduo, isto é, de recitação do rosário e de ladainhas, foram sempre: - a procissão de Nossa Senhora da Boa Morte realizada no dia 14 de agosto, com início às 19 horas, e a de Nossa Senhora da Assunção, às 17 horas do dia seguinte.

Atualmente, essa data é móvel de acordo com o calendário litúrgico anual, pois se o dia 14 ou 15 cair em um dia da semana, as procissões serão realizadas no final de semana mais próximo. No primeiro dia da procissão (sábado) a imagem de Nossa Senhora da Boa Morte é carregada deitada no andor, ornamentado com flores. “Traz os olhos cerrados e arroxeados, lábios descorados, as mãos postas em oração, os cabelos ocultos sobre o manto azul” (ELMO, 2014, p. 51).

Os alunos da Escola de Aprendizes de Marinheiro do Espírito Santo são convidados pela irmandade para conduzir o andor pelas ruas da Cidade Alta. Com base no informativo da programação da festa de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção do ano de 2012, constam as seguintes informações:

> No passado, era feito pelas principais avenidas da ilha, toda enfeitada com folhas de mangueira e outras flores, dando um cunho de maior religiosidade. Viam-se ainda, ainda, nas janelas das residências por onde desfilavam as procissões, colchas ricamente bordadas, em homenagem à Virgem, de quem, esperavam em troca, bênçãos eficazes sobre os seus respectivos lares (Arquivo impresso da Venerável Arquiconfraria de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção).

O sino toca em tom fúnebre assim como são os cânticos, orações e as vestes dos irmãos (BONICENHA, 2004). A procissão é luminosa, os confrades carregam os tocheiros com velas acesas, os membros da diretoria carregam uma vara com a medalha da Virgem Santíssima e a bandeira da Irmandade. Um dos irmãos segue à frente da procissão, guiando o caminho, logo após vêm os membros da diretoria, seguidos pelos irmãos com os tocheiros, vêm o andor carregado pelos Aprendizes de Marinheiro e os devotos da Virgem Maria.

No segundo dia (domingo) às 10h, há uma missa solene na igreja. Caso seja a posse da nova diretoria ou admissão de novos membros é realizada durante essa celebração. E às 17h acontece a saída da procissão de Nossa Senhora da Assunção:

> Viva e já assunta, a imagem, de 1,50 ms de altura, também de roca, é vista, na procissão, sobre a mesma referida charola, a cabeça tem aspecto saudável, risonho, os cabelos longos aparecem, mostra os braços abertos, a mão esquerda ostenta uma palma e a direita um buquê de rosas brancas amarradas por um laço de fita de cetim azul-celeste. [...] Esta imagem, na procissão, ostenta uma coroa dourada, possuindo, no seu acervo de joias e relíquias, uma outra de ouro de 18 quilates com peso de 218gr., um colar de ouro trabalhado, dois anéis de ouro com pedras preciosas(brilhantes), um

par de brincos de ouro, uma chave simbólica de prata e um punhal de metal (ELMO, 2014, p. 51).

Atualmente, a imagem só sai para procissão com uma coroa, até por uma medida de segurança. O andor é conduzido pelo Núcleo Preparatório de Oficiais da Reserva do 38º Batalhão de Infantaria do Exército, até a catedral Metropolitana de Vitória, onde é realizada uma missa às 18h.



Foto 5: Nossa Senhora da Assunção no andor

Fonte: Poliana Santos da Silva, 2018.

Os irmãos usam vestes de cor branca e os cânticos são mais alegres. O informativo da festa de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção do ano de 2012, descreve o retorno da procissão para a Igreja de São Gonçalo:

> O retorno do percurso Nossa Senhora é homenageada com aplausos por parte dos fiéis que espocam foguetes pelas ruas, além do badalar constante dos sinos. Observa-se a euforia dos cristãos presentes, em que se sentem satisfeitos com o retorno da Virgem ao seu verdadeiro lar, que é a Igreja de São Gonçalo (Arquivo impresso da Venerável Arquiconfraria de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção).

O encerramento da festividade acontece na segunda-feira quando é celebrada uma missa às 18h na Catedral Metropolitana de Vitória em sufrágio de todos os irmãos e benfeitores falecidos. A diretoria da irmandade durante a procissão utiliza um escapulário de cor azul, bordado com as letras BMA. O escapulário do vice-provedor tem cinco estrelas e uma medalha da Virgem Maria Santíssima. A do provedor tem seis estrelas e a medalha com detalhe do ostensório.

A Igreja de São Gonçalo também é palco de ritual tradicional da fé cristã a Missa Tridentina ou Missa em Latim. A Missa é chamada de “Tridentina” porque “Tridentino” se refere ao Concílio de Trento (1545-1563), que unificou a prática Litúrgica na Igreja Ocidental. A Missa Tridentina foi baseada nas mais antigas e veneráveis fontes litúrgicas Ocidentais[6].

O que diferencia da missa tradicional é que segue o missal - um manual da missa, com suas orações - do papa João XXIII. O sacerdote fica voltado para o altar e de costas para os fiéis. Os hinos podem ser em Latim e em português. Os fiéis na hora de receberem a hóstia se ajoelham no presbitério e à medida que o padre vai passando e oferecendo a cada fiel, quem recebe se levanta e dispõem o lugar ao próximo (KALLE, 2014).

De acordo com Kelly Kalle (2014, p. 16):

> Apesar da língua diferente, a leitura bíblica e a pregação do padre é realizada em português. Além disso, há um folheto para que o fiel possa acompanhar o que está sendo dito em latim e entenda a tradução. A intenção, segundo os fiéis, é voltar a tradição católica e recuperar alguns rituais perdidos. As músicas são tocadas em um teclado sem instrumentos de percussão, para evitar distrações em excesso [7].

As missas são realizadas nos dois primeiros domingos do mês às 8h e atrai mais jovens. As mulheres que frequentam a missa, mantêm a tradição, cobrindo a cabeça, com o véu branco, as solteiras, e, as de véus pretos, as casadas. A Igreja de São Gonçalo, segundo a crença popular, é “a igreja dos enlaces duradouros e felizes”, preferida pelas noivas para realização dos casamentos. “A verdade é que há casais que acreditam que seus matrimônios serão prósperos se realizados na São Gonçalo. Atualmente, os casamentos são a principal fonte de renda da igreja, ajudando a mantê-la” (CANAL FILHO, 2010, p. 24). Além das taxas de casamento, a outra fonte de renda da irmandade vem do seu cemitério, da venda de sepulturas e a taxa de manutenção anual das sepulturas perpétuas no valor de R$360,00 reais.

3.2 Bens Edificados pela Irmandade de São Benedito do Rosário

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, sede atual da Irmandade de São Benedito do Rosário, foi construída, inicialmente, pelos escravos da antiga Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e da irmandade de São Benedito. O terreno para construção da igreja foi doado pelo Capitão Felipe Gonçalves dos Santos, sua filha Bernardina de Oliveira e seu genro Inácio Fernandes Rebello (CANAL FILHO, 2010).

A família que doou o terreno impôs a seguinte regra: “[...] serão obrigados a dar princípio à obra da dita igreja dentro de dois anos e meio, contanto que seja logo principiada de pedra e cal” (ELTON, 2014, p. 54). E por isso construíram uma capela, sendo ampliada a partir do século XIX. O terreno doado ficava afastado do núcleo povoado da cidade de

6. Disponível em: http://www.missatridentina.com.br/ Acesso em 15/11/2016.
7. Jornal A Tribuna, 31 de agosto de 2014, página 16, Vitória-ES.

Vitória (Cidade Alta).

A igreja tem características da arquitetura colonial brasileira, com quatro altares em madeira e com detalhes em ouro, o piso da nave da igreja é com tijolos dando o estilo rústico e peculiar (CANAL FILHO, 2010). A igreja tem um lustre de cristal e bronze na nave da igreja, que não condiz com o estilo arquitetônico da igreja, não se sabe por quem e quando foi doado. A igreja foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1945.

Na parte superior da igreja tem o Museu de São Benedito do Rosário que foi inaugurado no final do ano de 2003:

> Que expõem um acervo de peças da Irmandade que guarda parte importante de sua memória. Alterados os costumes e a vida da cidade, ficaram os objetos, as lembranças que explicam as tradições. São os andores e imagens de santos, oratórios, paramentos e objetos litúrgicos usados pelos padres nas missas e festas; o mastro e a bandeira, os estandartes, a formação da procissão, livros de registros, partituras da extinta Filarmônica Rosariense, baús e caixas guardados que contam parte dessa rica história (CANAL FILHO, 2010, p. 54).

Atualmente, o museu está desativado, mas guarda vestígios da rivalidade entre Caramurus e Peroás, como um bumbo furado durante a procissão de São Benedito. A Banda de Música Rosariense, que acompanhava a procissão de São Benedito, "organizou completamente em 1839, regida por Manuel João da Boamorte, que dirigia os ensaios na loja do negociante Perna-Fina, situada na rua Treze de Maio" (BONICENHA, 2004, p. 152). Zé do Barão, Zé Guizô, tocador de bumbo, Luiz Conguinhos foram alguns dos integrantes da Banda de Música Rosariense (ELTON, 1988). Não se sabe exatamente quando a banda acabou.

A história de Caramurus e Peroás ganha os palcos do antigo Theatro Melpômene com a peça "Ontem e Hoje" que encena essa rivalidade. Peça de autoria do capixaba Ubaldo Rodrigues, com a música de Nicolino Milano ou Francisco Duchérme (ELTON, 1988).

Hoje, essa história continua viva na lembrança dos membros da Irmandade de São Benedito do Rosário ou quando é feito o trajeto da procissão de São Benedito no dia 27 de dezembro às 17h. A escadaria que dá acesso à igreja limita o acesso dos fiéis mais idosos, que aguardam ansiosos, na Rua do Rosário, a descida do andor com a imagem de São Benedito, para acompanhar a procissão.

E assim descreve Pedro Canal Filho (2010, p. 52) a procissão e as vestes utilizadas pelos membros da irmandade:

> A procissão desce a escadaria do Rosário com o guião e o estandarte de São Benedito à frente, seguido pela diretoria da Irmandade, empunhando suas varetas de prata. Os irmãos seguem em duas alas, usando os distintivos da irmandade: as mulheres, sobre roupa branca, trazem a fita roxa com a medalha de São Benedito e Nossa Senhora do rosário ao peito; os homens usam a roupa roxa com veste bege.

O andor é ornamentado com rosas vermelhas e pesa cerca de trezentos quilos. O original pesa quatrocentos quilos, mas não é utilizado e fica guardado no Museu de São Benedito do Rosário (CANAL FILHO, 2010). Hoje, a procissão segue pelas principais ruas do Centro Histórico de Vitória:

> A procissão começa na Rua do Rosário, entra na rua Graciano Neves, vai até a Fonte Grande, onde é festejada com o tradicional foguetório, segue para a catedral, local de celebração da missa em louvor a São Benedito e volta para a Igreja do Rosário, que recepciona seu santo (CANAL FILHO, 2010, p. 53).

Antigamente, o percurso era mais longo e de acordo com o historiador Wallace Bonicenha (2004, p. 155):

> A procissão de São Benedito, uma das maiores demonstrações de fé, era formada por moradores dos morros, estivadores, operários, lavadeiras, e pela população mais pobre e descendentes de negros, que seguiam cantando e rezando. Durante o trajeto muitos irmãos eram vistos com "rabo de olho" pelos moradores da cidade alta, onde morava a elite local, e seguiam pelo Parque Moscoso, em direção à Vila Rubim. Retornavam beirando os antigos cais da barca e o porto, onde a imagem era recebida por uma queima de fogos, seguindo depois até o Forte São João, de onde retornava levando a imagem de volta à igreja do Rosário, sendo recebidas com repiques de sinos e fogos.

Atualmente, a única missa que é realizada na Igreja do Rosário é no dia 27 de dezembro às 10h em louvor a São Benedito. E o cortejo da fincada do mastro de São Benedito sai da Praça Pio XII no Centro de Vitória, passando pela Avenida Jerônimo Monteiro, Praça Costa Pereira, Rua Graciano Neves e pela Rua do Rosário subindo a escadaria do Rosário. Chegando à igreja o mastro é colocado no adro da igreja, e o cortejo segue com a participação dos Congueiros do Centro de Vitória e Banda de Congo Amores da Lua.

Até o século XX, esse cortejo, era a regata de Santa Catarina, que acontecia no dia 25 de novembro. "A famosa regata, composta basicamente de pescadores, partia do Penedo e era disputada entre partidários dos caramurus e peroás" (CANAL FILHO, 2010, p. 50). O mastro era leiloado para arrecardar fundos para a procissão de São Benedito e a fincada do mastro acontecia no adro da Igreja do Rosário.

Uma forma de localizar a igreja em meio aos prédios modernos que escondem a sua fachada é localizar duas palmeiras imperiais que tem mais de vinte metros de altura. Foram plantadas, no adro da igreja, em 1872, importadas do Rio de Janeiro (CANAL FILHO, 2010).

4 I O PATRIMÔNIO DAS IRMANDADES E SEU USO PELO TURISMO

O legado cultural das irmandades para o turismo na cidade de Vitória está nas edificações construídas, bem como no seu patrimônio imaterial que mantém a tradição após anos de existência, e principalmente a fé e religiosidade que mantêm viva as irmandades, embora observa-se que o número de membros dessas entidades vem diminuindo gradativamente ao longo dos anos.

A Prefeitura de Vitória mantém a atividade de visitação dos monumentos históricos do centro da capital por meio do Projeto Visitar que funciona como disseminador da história e do legado dessas irmandades, através das visitas monitoras. O Projeto Visitar é desenvolvido pela Secretária Municipal de Turismo, Trabalho e Renda desde o ano de 2006 e compreende a visita monitorada a sete monumentos históricos do Centro histórico de Vitória.

Para Soraia Costa, Coordenadora do Projeto Visitar e membro da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção:

> Os monitores enquanto interpretes dos patrimônios, conseguem transmitir pra quem visita exatamente o porquê de preservar esses espaços, pois a gente só preserva aquilo que conhecemos. Então abre não só para o turista, mas de pra comunidade em geral, o capixaba conhece pouco a história da localidade em que vive, porque a gente recebe vários munícipes ás vezes que mora no próprio Centro de Vitória, que desconhece a existência da própria edificação, não só da história mais também da edificação.

A Coordenadora salienta que durante as visitas os monitores falam da história da irmandade:

> Porque quando a gente fala da construção da edificação fala do papel das irmandades nessa construção, sempre reportando que o surgimento dos templos religiosos advém do grupamento de pessoas que formaram as irmandades, que conseguem manter e preservar esses espaços até os dias atuais. Quando os monitores falam para aos visitantes que a irmandade da Boa Morte e Assunção têm 310 anos, isso aguça a curiosidade das pessoas e o interesse para ter mais informações, mesmo tendo poucas fontes bibliográficas relatando sobre as histórias das irmandades.

Importante iniciativa foi também tomada pela Arquidiocese de Vitória que em 2017 implantou a Pastoral do Turismo (PASTUR) com o intuito de:

> Evangelizar as pessoas envolvidas com a prática do turismo, ajudando-as a descobrirem a presença de Deus na beleza da criação, nas manifestações culturais e religiosas e em todos os seus âmbitos, contribuindo para o enriquecimento pessoal e comunitário através do intercâmbio de experiências[8].

Por fim, têm-se que as festividades religiosas das Irmandades são fortes atrativos religiosos, no entanto as irmandades não estão preparadas para receber um fluxo grande de turistas durante essas festividades, o que também envolve conciliar tradição e originalidade sem se tornar atrativo de massa. Neste aspecto, têm-se a consciência de que um trabalho desta dimensão envolve e engloba órgãos de poder, serviços, infraestruturas. Deve ser planejado de forma sustentável e com a participação dessas entidades para que não gere impactos negativos tornando as festas religiosas como meros espetáculos.

8. Disponível em http://aves.org.br/noticia/castelo-sedia-iv-encontro-nacional-da-pastoral-do-turismo. Acesso em 18/11/2017.

5 I CONCLUSÃO

Esta investigação teve como principal finalidade apontar as contribuições das irmandades religiosas para a construção da história e para o turismo religioso cultural. Foi possível chegar à conclusão de que o mais relevante legado das irmandades são as tradições das festividades mantendo sua autenticidade religiosa e sua resistência ao longo de décadas.

Por outro lado, esta pesquisa traz o alerta de que, em ambas as irmandades o número de membros diminuiu ao longo dos anos, antigamente era comum todos os membros da família fazerem parte destas entidades e atualmente, observou-se que após a morte dos pais, os filhos, também membros das irmandades, se desligam dessas entidades.

Uma forma de manter vivas essas irmandades é a admissão de novos membros e a transmissão do legado através da oralidade dos antigos e do acervo bibliográfico existente (livros de atas, livros de matrículas dos irmãos e documentos), muitos desses documentos nunca catalogados e disponibilizados a pesquisadores.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. V. **Turismo:** fundamentos e dimensões. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

ANSARAH, M. G. R. (Org.). **Turismo:** segmentação de mercado. São Paulo: Futura, 1999.

ARAGÃO, I. R**. Nas festas de santos, há sempre a ronda dos demônios:** Sagrado e profanoturismo religioso e comércio na festa do Senhor dos Passos. Cultur**,** n. 02, ano 8, jul. 2014. Disponível em <http://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/356/360>. Acesso em03/11/2016.

ARAÚJO, B. M. **Hino Oficial de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção,** Vitória-ES, 15 de Agosto de 1988.

BARRETO, M. **Cultura e Turismo:** Discussões contemporâneas. Campinas, SP: Papirus, 2015.

BONICENHA, W. **Devoção e Caridade:** As irmandades religiosas na cidade de Vitória. Vitória: Multiplicidade, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural:** orientações básicas. 3. ed. Brasília/ DF: MTUR, 2010. Diponível em <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em 18/09/2016.

BRUSADIN, L. B. **A dinâmica do patrimônio cultural no turismo dentre o processo híbrido de memória e identidade da cultura social. Cultur,** n. 03, ano 09, out. 2005. Disponível em< http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano9-edicao3/4.pdf>. Acesso em 20/09/2016.

CARMAGO, H. L. **Patrimônio histórico e cultural.** São Paulo, SP: ALEPH, 2002.

CANAL FILHO (Org.). **A Igreja de Nossa Senhora do Rosário.** Vitória, ES: EDUFES, 2010.

______**A Igreja de São Gonçalo Garcia.** Vitória, ES: EDUFES, 2010.

CASTRO, M. L. V. ; FONSECA, M. C. L. Patrimônio imaterial no Brasil. Brasília/DF: UNESCO, Educarte, 2008. Disponível em :<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001808/180884POR.pdf>. Acesso em22/10/2016.

CUNHA, E. C. G**. Reflexões sobre o turismo cultural na "Cidade maravilhosa"**. 2008. Dissertação de Mestrado – Fundação Getúlio Vargas, Rio de janeiro, 2008. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2152/CPDOC2008ErikaConceicaoGelenskeCunha.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 15/10/2016.

DIAS, N. I. **Turismo Cultural e Religioso no Distrito de Coimbra:** Mosteiros e Conventos: Viagem entre o Sagrado e Profano. 2010. Tese de Mestrado – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15296/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20mestrado_Isabel%20Dias.pdf>. Acesso em 05/11/2016.

DIAS, R. **Turismo e patrimônio cultural** – recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

ELTON, E. **São Benedito do Rosário:** Sua devoção no Espírito Santo. Vitória, 1988.

______. **Velhos templos e tipos populares de Vitória.** Vitória, 2014.

ESTATUTO. **Venerável Arquiconfraria de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção.** Vitória, 15 jan.1987.

KALLE, K. **Missa em latim atrai jovens.** A Tribuna**,** Vitória, p. 16, 31 agos. 2014.

LARAIA, R. B. **Cultura:** um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

NASCIMENTO, M. R. **Religiosidade e Cultura popular:** Catolicismo, irmandades e tradições em movimento. Revista Católica, Uberlândia, n. 1. ano 2. 20 nov. 2009. Disponível em < http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv1n2/09-HISTORIA-01.pdf>. Acesso em 25/10/2016.

OLIVEIRA, O. M. **Processos organizativos, memória e transmissão cultural:** Análises etnográficas do congo e samba em comunidades afro-brasileiras. Disponível em < http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/viewFile/1607/1207>. Acesso em 19/11/2016.

RICCO, A. S. **Processos Culturais do Turismo nas representações da identidade em Vila Itaúnas (ES).** 2009. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Marcos, São Paulo, 2009.

SANTOS, R. B. **Cultura e Religião:** Suas peculiaridades e efeitos na parentalidade. 2012. Tese de Mestrado – Universidade Católica do Paraná, PUCR, Curitibá, 2012. Disponível em <file:///C:/Users/GTI/Downloads/3jointh-7726%20(1).pdf>. Acesso em 24/10/2016.

SERRALONGA, S. A.; HAKOBYAN, K. **Turismo Religioso y espacios sagrados:** Uma propuesta para los santuários de Catalunya. Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR, 2011. Disponível em <http://dugidoc.udg.edu/bitstream/handle/10256/9123/TurismoReligioso.pdf?sequence=1>. Acesso em 18/10/2016.

CAPÍTULO 3

AS CONSEQUÊNCIAS DA CRIAÇÃO DA "ESTRADA PARQUE CAMINHO DO COLONO" NO "PROJETO ONÇAS DO IGUAÇU" E NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

Data de submissão: 23/05/23 *Data de aceite: 03/07/2023*

Evelyn Winter
Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Foz do Iguaçu – PR
http://lattes.cnpq.br/4812752986618919

Lara Luciana Leal Seixas
Docente no Curso de Turismo da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – CCSA - Foz do Iguaçu - PR
http://lattes.cnpq.br/3404604535303891

RESUMO: O presente artigo discute, entre outros documentos, o Projeto de Lei N.º 984-A/2019 do Deputado Federal Nelsi Cogueto Vermelho (PSD-PR) que pretende alterar a Lei nº 9.985/2000, que visa criar a categoria de Estrada Parque no Parque Nacional do Iguaçu, a pesquisa demonstra de que forma essa proposta, caso aprovada, poderá interferir no Projeto Onças do Iguaçu, que objetiva a proteção da população de onças pintadas (Panthera onca) e a conservação da biodiversidade dessa região de Mata Atlântica que está em extinção. A metodologia se fundamenta em pesquisa bibliográfica e de cunho qualitativo, com leitura em diversos artigos, documentos, revistas e sites de caráter jornalístico. Concluiu-se com a investigação que estradas trazem diversos malefícios ao ecossistema e que o Projeto de Lei em questão apresenta diversas incoerências, além de prejudicar o projeto e a biodiversidade do local.

PALAVRAS-CHAVE: Estrada Parque. PNI. Onça Pintada.

THE CONSEQUENCES OF THE CREATION OF THE "ESTRADA PARQUE CAMINHO DO COLONO" IN THE "ONÇAS DO IGUAÇU PROJECT" AND IN THE IGUAÇU NATIONAL PARK

ABSTRACT: This article discusses, among other documents, Bill N.º 984-A / 2019 by Federal Deputy Nelsi Cogueto Vermelho (PSD-PR) that intends to amend Law N.º 9,985 / 2000, which aims to create the category of Park Road in the Iguaçu National Park, the research shows how this proposal, if approved, may interfere in the Onças do Iguaçu Project, which aims to protect the jaguar population (Panthera onca) and to conserve the biodiversity of this Atlantic Forest region that is endangered.The methodology is based on bibliographic and qualitative research, with reading in several

articles, documents, magazines and websites of a journalistic nature.It was concluded with the investigation that roads bring several harms to the ecosystem and that the Bill in question presents several inconsistencies, in addition to harming the project and the local biodiversity.
KEYWORDS: Parkway. PNI. Jaguar.

1 I INTRODUÇÃO

O tombamento do Parque Nacional do Iguaçu (PNI) como Patrimônio Natural da Humanidade em 1986, trouxe junto com a repercussão internacional, imposições, entre elas o fechamento da estrada denominada Caminho do Colono que ligava as cidades de Serranópolis do Iguaçu e Capanema. Desde então, há mais de três décadas, houve uma série de iniciativas para reabertura, sendo a mais emblemática a ocorrida em 1997 com ação coercitiva da Polícia Federal que impediu a população local e atores políticos de continuarem suas ações para reabertura, sob o argumentodas perdas ambientais à época.

Esse tema, volta à cena política nacional com a repercussão do projeto de LeiN.º 984-A/2019, que pretende alterar a Lei nº 9.985/2000, propondo a criação do conceito Estrada-Parque na legislação brasileira e juntamente criar a Estrada Parque Caminho do Colono, visando reestabelecer as “relações socioeconômicas e turísticas nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná.”

Ocorre que tal ação, abrangeria o perímetro de atuação do projeto “Onças do Iguaçu”, que teve esforços para acontecer desde 1990 no PNI. Com a possibilidade da reabertura e da passagem de veículos,a estrada pode causar interferência na proteção e no projeto como um todo, uma vez que o mesmo busca garantir a preservação da comunidade de onças na região, segundo o site da instituição pro-carnívoro (2019), além de comprometer a titulação de Patrimônio Natural da Humanidade concedida ao Parque em 1986 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)[1].

Diante dessa realidade, o presente estudo justifica-se uma vez que a discussão da reabertura volta a ser levantada, sua importância se revela ao colaborar com o Parque na disseminação de informações sobre os benefícios ambientais que aconteceram após o fechamento da estrada, além da contribuição socialdemonstra ao compor mais um debate junto aos moradores da região que apoiam a reabertura, ainda pode-se afirmar que o tema além de atual é essencialem tempos de aceleramento de problemas ambientais.

A pesquisa teve como objetivo demonstrar de que forma a criação da estrada parque

1. Em 2014, segundo o site O Eco, quando o projeto de Lei 7.123/2010, do Deputado Federal Assis do Couto (PT/PR), que pretendia reabrir a estrada foi colocado para votação, Unesco anunciou que o título de Patrimônio Natural da Humanidade, concedido em 28 de novembro de 1986, poderia ser perdido caso o projeto fosse aprovado, fato que poderia afetar o turismo do local, já que esse título é um chamariz para turistas estrangeiros, na época ainda, de acordo com o site da G1, o presidente do Conselho Municipal do Turismo (Comtur) de Foz do Iguaçu, Paulo Angeli, se manifestou sobre o assunto dizendo sobre a preocupação, com os impactos negativos na demanda turística que a perca do título pode causar na cidade. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/oestesudoeste/noticia/2014/05/parque-do-iguacu-pode--perder-titulo-de-patrimonio-natural-da humanidade.html>. Acesso em: 04 jun 2019.

Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu pode interferir no Projeto Onças do Iguaçu, demonstrando os malefícios que as estradas podem trazer paraum ecossistema, assim como os riscos que elas oferecem para a vida selvagem, principalmente à onça pintada considerando sua importância na cadeia alimentar e sendo ela a causa do projeto Onças do Iguaçu.

O método utilizado neste estudo foi de uma pesquisa dedutiva, uma vez que para a investigação foram abordados vários documentos além da bibliografia de referência. A pesquisa é considerada descritiva com abordagem qualitativa, buscando nas percepções e análises dos documentos estudados compreender como o tema tem sido abordado pela sociedade. Como objeto empírico, foram selecionados a Estrada Parque e o Projeto Onças do Iguaçu do Instituto Pró Carnívoros, levantando, portanto, duas variáveis, a econômica e a ambiental. Este estudo está apoiado em pesquisa bibliográfica composta pelos principais autores na área de conhecimento, como Carlos Zatti, Luciano Dallo, Afranio José Soares Soriano, Karen Cristina Braga Lima, Marc J. Dourojeanni e Tereza Urban que abordam assuntos sobre a Estrada do Colono, o conceito de Estrada Parque e história do PNI. Ainda, de maneira complementar este estudo está apoiado em pesquisa documental como relatórios sobre o projeto Onças do Iguaçu, Plano de Manejo do PNI, *Plán de Gestión del Parque Nacional do Iguazú*, os projetos de lei quanto a criação da estrada parque, além de notícias de jornais, sites, revistas, cartilhas entre outros.

2 I AS ESTRADAS EM ÁREAS PROTEGIDAS E COMO ESSAS PODEM INFLUENCIAR NA FAUNA E FLORA LOCAIS

Com o crescimento da população e o desenvolvimento, as estradas foram ganhando cada vez mais extensão, elas são importantes para o deslocamento pois facilitam o acesso, trazem beneficios econômicos e prosperam o crescimento, mas infelizmente trazem malefícios ao ecossistema, além da transformação do ambiente e o desmatamento, causa maior circulação de veículos, provocando poluição do ar epoluição sonora (LIMA, 2013. p.14).

As estradas são “uma das principais causas para a perda da biodiversidade” (LIMA, 2013, p.13), tema atualmente alarmante e necessitado de atenção, que tem como uma das soluções a criação de Unidades de Conservação (UC’s), porém, dentro delas também existem estradas, o que traz preocupação para os gestores, afinal, “a construção de estradas é um dos processos antrópicos que mais afeta a dinâmica dos processos ecológicos, alterando o meio físico, químico e biológico” (LIMA 2013 *apud* FORMAN; ALEXANDER, 1998).

Um dos maiores riscos que as estradas trazem, tanto dentro quanto fora de Uc’s, é o atropelamento de animais. “Nas últimas três décadas, atropelamentos de animais em estradas ultrapassou a caça como causa direta da mortalidade de vertebrados” (LIMA,

2013, p. 17 *apud* FORMAN; ALEXANDER, 1998).

À vista disso, Lima (2013) afirma que existem estudos que demonstram alteração no comportamento dos animais devido ao tráfego e a poluição sonora, como “alterações fisiológicas, aumento do hormônio do estresse, interferência na comunicação durante atividades de criação da cria e existem hipóteses de prováveis interferências causando perda da audição”. (LIMA, 2013, p. 19 *apud* ANDREWS, 1990; FORMAN, ALEXANDER 1998; REIJNEM *et al.*, 1995; WASSER et al., 1997).

São citadas ainda outras modificações como a fuga, escassez de alimentos devido à falta de presas, menos sucesso no processo de reprodução, menor índice de produtividade e de ninhos de aves nas proximidades das estradas, além de mudanças físicas e químicas no ambiente (LIMA, 2013, p. 20).

2.1 Estradas no Parque Nacional Iguazú – Argentina

Ao investigar o *Plan de Gestión del Parque Nacional Iguazú*, que faz fronteira com parque brasileiro e possui o mesmo bioma, pode se confirmar diversas alterações que as estrada RN101 e RN12 causam no ecossistema e que facilitam para a existência de atividades ilegais, entre elas o ingresso de caçadores, extração de palmito, plantas medicinais e ornamentais, presença e dispersão de espécies exóticas, limitações para o repovoamento, causados pelo efeito borda (*Plan de Gestión del Parque Nacional Iguazú,* 2017-2023, p. 156) e entre outros problemas como os constatados na pesquisa citada nas páginas anteriores.

Já em relação as onças, o *Plán de Gestión* cita que a população é ameaçada em primeiro lugar devido a caça, em segundo pelos atropelamentos, depois por doenças transmitidas por animais domésticos. Quanto aos atropelamentos o documento diz que acontecem devido à falta de respeito dos limites de velocidade e a exceção de multas para veículos estrangeiros (*ibidem*, p 156). Além disso, o documento cita que

> En la actualidad, en la RN12 y otras rutas del Norte de Misiones, mueren cerca de 3.000 animales por año. Aquí pierden la vida, comadrejas, lagartos overos, serpientes, anfibios, aves rapaces, pavas de monte, aguarás popés, coatíes, osos meleros y hasta grandes mamíferos como el tapir, el puma y el yaguareté. La necesidad de pasa-faunas y reductores de velocidad son tan importantes como el cambio de conciencia de los conductores quienes no respetan los límites de velocidad y no comprenden aún el valor de los Recursos Naturales que sustentan la principal economía regional, el turismo. (*Plan de Gestión del Parque Nacional Iguazú*, 2017 -2023 p. 74).

No Plano de Manejo do PNI também é citado que “as estradas geram efeitos diretos, como efeito de borda, fragmentação e isolamento de populações, além de atropelamentos de fauna e erosão do solo ao longo de estradas de terra mal planejadas e com manutenção deficiente” (Plano de Manejo PNI, 2018, p. 10).

3 | PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA ESTRADA PARQUE – CAMINHO DO COLONO NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

3.1 Conceito de Estrada Parque

O conceito de Estrada Parque, ao que tudo indica, surgiu no cenário internacional, mais precisamente nos Estados Unidos com as chamadas "*parkways*" (DOUROJEANNI, 2003).

O autor ainda cita que apesar de elas serem consideradas unidades de conservação, não possuem objetivo de preservar a natureza, mas de manter a beleza cênica do local, que é visível desde a estrada e a conservação da natureza em ambos os lados do trecho tem maior finalidade estética do que ambiental. No Brasil, a definição de estradas-parque não possui uma simetria, podendo ser relativa e apresentando diversas concepções, por isso há certa dificuldade no manejo destes espaços.

Segundo Dourojeanni (2003) a "Lei Nº 9.985 de 2000, Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) não prevê as estradas-parque como categoria" e ainda defende que mesmo que as "estradas-parque sejam consideradas UCs, deve se reconhecer que elas não são estabelecidas para preservar a natureza e sim para manter as belezas cênicas naturais, que são visíveis desde a estrada" (DOUROJEANNI, 2003, p. 02) como acontece nas *parkways.*

3.2 Projeto de Lei Nº 984-A, de 2019

O Projeto de Lei Nº 984-A, de 2019, do Deputado Vermelho (PSD-PR) tem como objetivo alterar a Lei Nª 9.985 de julho de 2000 e criar a categoria de Unidade de Conservação Estrada Parque para estabelecer no PNI a Estrada Parque Caminho do Colono, que faz parte das Unidades de Proteção Integral[2] projeto busca "criar a Estrada-Parque Caminho do Colono no PNI, de modo a restaurar as relações socioeconômicas e turísticas nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná." (Lei Nº 984- A, de 2019).

Para a idealização do projeto da intitulada "estrada ecológica" pelo Dep. Vermelho, alguns critérios foram estabelecidos, uma série de pontos que se pretendem implantar para a construção da estrada parque, entre eles: valorização da cultura; proteção de aspectos socioculturais; promoção a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável; incentivo o turismo ecológico e ambiental que possibilitarão aos visitantes a contemplação e a educação ambiental; controle de acesso; instalação de guaritas de fiscalização e controle, que seria feito pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

2. As unidades de proteção integral têm como principal objetivo a proteção da natureza, por isso as regras e normas são mais restritivas. Nesse grupo é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais; ou seja, aquele que não envolve consumo, coleta ou danos aos recursos naturais. Exemplos de atividades de uso indireto dos recursos naturais são: recreação em contato com a natureza, turismo ecológico, pesquisa científica, educação e interpretação ambiental, entre outras. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao.html>. Acesso em: 18 jun 2019.

(IBAMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), para com todos os visitantes que ingressarem na Estrada-Parque; horários restritos de visitação, apenas durante o dia, com limite de pessoas e veículos, apenas será permitida a passagem de veículos de passeio, de pequeno porte e traslados de turistas, sendo impedida a entrada de transporte de cargas; terá pavimentação ecológica, com materiais que impeçam a permeabilidade do solo; controle de velocidade, serão construídas também estruturas para facilitar a passagem dos animais, e será feita a cobranças de ingresso, além disso um estudo de impacto socioambiental, cultural e econômico deverá ser feito, levando em conta a opinião dos moradores. (Informativo Especial da Frente Parlamentar pela reabertura da Estrada Parque Caminho do Colono. 2019. p. 03).

O documento do projeto de lei cita também o PL nº 7.123/2010, do Deputado Estadual Assis do Couto (PT/PR), que no dia 17 de setembro do ano de 2019, foi aprovado na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado (Jornal Gdia, 2019, p. 07) e tem o mesmo objetivo da proposta do atual projeto.

3.3 Controvérsias e malefícios do Projeto de Lei Nº 984-A, de 2019

Diferente das *parways* que contam com beleza cênica e objetivam a proteção da mesma, a estrada do projeto em questão não apresenta beleza paisagística para tal denominação. Uma das preocupações quanto a essa proposta, segundo a cartilha A Estrada não é o caminho (2019), é que a legislação nacional referente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) poderá enfraquecer e abrir caminho a novas estradas-parque no país, afetando a biodiversidade de demais áreas protegidas.

O projeto não apresenta nenhum esboço de como a estrada será implantada, são destacados aspectos que devem existir, porém nada descrevendo como se dará a valorização cultural e a educação ambiental, se será implantada uma escola parque ou um museu, o que o turista poderá contemplar, como serão feitas as guaritas e a pavimentação, em suma o que será construído, de que forma isso sucederá e que tipo de facilidade será implantada para a travessia dos animais.

Existe entretanto, um livreto do PL nº 7.123/2010 onde é mencionada a criação de um centro de observação da biodiversidade, pontos de comercialização de produtos de agricultura familiar e um museu sobre o Caminho do Colono, todavia não é expressa a área de implantação dessa infraestrutura e o quanto da floresta seria desmatada para essa construção, aliás neste mesmo documento é citado que nenhuma árvore será derrubada para a instalação da estrada parque e é anexada ao fim desta afirmação uma imagem do *Google Earth* demonstrando que o caminho ainda existe, porém, a foto é de 2013 e atualmente o trecho está completamente recuperado.

No dia 12 de setembro de 2019, o Ministério Público de Foz do Iguaçu manifestou sua opinião contrária a reabertura, afirmando que a estrada cortaria uma área intocável

do Parque e que “a reabertura provocaria mudança radical em uma área que é matriz de repovoamento de outras zonas”, ademais afirma que a comparação entre a estrada em questão e a BR-469 não é válida, já que ela se encontra na zona de Uso Intensivo, ou seja a área destinada ao lazer e visitação, já a estrada do colono visa somente a travessia do parque e que “todo o entorno da hoje desaparecida Estrada do Colono, está caracterizada como Zona Intangível[3] e se “a estrada estiver em operação, imporá uma modificação radical do solo do entorno ao longo de todo o seu perímetro. (Ministério Público Federal, 2019).

O livro O Caminho do Colono (DALLO, 1997), afirma que a sociedade em geral protege o Parque e que ele só continua preservado por conta dessa consideração que a população lindeira sente para com ele. Porém, já houve vários relatos de caça, pesca, queimadas, desmatamento e atropelamentos, no ano de 2019 por exemplo, segundo o site Agência Brasil (2019):

> Uma operação contra a caça ilegal no Parque Nacional do Iguaçu foi realizada nesta sexta-feira (18) pela Polícia Federal (PF), Polícia Militar e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) nas cidades de Céu Azul/PR e Foz do Iguaçu/PR. Segundo a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, a operação cumpriu a dois mandados de busca e apreensão em endereços de pessoas suspeitas de envolvimento com caça ilegal. Em um dos endereços foram encontradas pombas silvestres da espécie Asa Branca (*Patagioenas Picazuro*) abatidas e armazenadas na geladeira da casa[4].

De acordo com as falas do Dep. Vermelho alguns moradores da região aparentam crer que o projeto de lei poderá beneficiar a economia e o turismo, porém na cartilha A Estrada não é o caminho (2019) são elencados três fatores que demonstram o porquê dessa perspectiva ser irreal: a primeira é a independência econômica e social, os municípios em torno do parque possuem economias distintas e não necessariamente dependem um do outro; por segundo o turismo não será favorecido, não ficou claro se haverá atrativos no local e o fato de apenas ser uma estrada ecológica não significa ser um atrativo; de acordo com o livro Introdução ao Turismo, da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001) não se pode confundir os atrativos com os recursos, “os recursos naturais, culturais, etc. são o fundamento para o desenvolvimento posterior a atração” e que pode-se oferecer os recursos naturais como praias, montanhas, ou a história de um país, mas estes elementos precisam estar situados em localidades acessíveis e válidas para a exploração turística, ao contrário não podem realmente ser considerados atrativos turísticos. (Introdução ao Turismo, 2001, *apud* Gunn 1993, p. 121).

O terceiro fator que demonstra que a perspectiva é utópica, é que a construção da

3. Zona Intangível é aquela onde a primitividade da natureza permanece o mais preservado possível, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas, onde são permitidas atividades humanas regulamentadas. Esta zona é dedicada à proteção integral de ecossistemas, dos recursos genéticos e ao monitoramento ambiental. O objetivo básico do manejo é a preservação, garantindo a evolução natural. (IBAMA, Plano de Manejo do Parna do Iguaçu, 2018).
4. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/196794>. Acesso em: 03 jul 2019.

estrada colocaria em risco a garantia do ICMS ecológico[5] uma das fontes de renda dos municípios de Capanema e Serranópolis do Iguaçu e que pode ser suspenso pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

Além disso, o Departamento da Polícia Federal no Paraná expressou em maio de 2012 em uma carta ao Ministério do Meio Ambiente, que "é inegável que, no período de funcionamento da estrada, a via era largamente utilizada por criminosos como caminho para transportar mercadorias ilícitas, armas, munições e drogas, além de facilitar a prática de crimes ambientais", esclarece ainda que isso acontece pois essas pessoas evitam passar pela BR-277, onde há diversos postos da Polícia Rodoviária e Receita Federal e que controlar o tráfego com rigor na estrada não seria possível, fato que propiciaria facilidade para situações ilegais acontecerem. (Cartilha A estrada não é o caminho, 2019, p. 07).

O chefe do PNI, Ivan Carlos Baptiston, também já se declarou contra o projeto, relembrando que o parque é apenas uma porção do que resta da Mata Atlântica e que ela traria prejuízo as cidades de Capanema e Serranópolis, uma vez que a agenda de turismo que estão construíndo para ambas as cidades seria prejudicada, reforçou ainda a possível perda do título de Patrimônio Natural da Humanidade[6] .

A comissão de Viação e Transportes aprovou o projeto em 12 de abril de 2019, alegando sua aprovação "com o objetivo de corrigir a histórica injustiça imposta ao povo do Oeste e Sudoeste paranaense" (PL 984-A/2019, p. 12).

No dia 21 de abril de 2020, o Supremo Tribunal Federal (SFT) derrubou um recurso que havia sido feito por 16 municípios lindeiros ao PNI que pedia a reabertura da estrada e implantação do trânsito na região[7], porém os dois projetos de lei que visam a criação da estrada parque ainda tramitam no Congresso Nacional.

4 I PROJETO ONÇAS DO IGUAÇU E SITUAÇÃO DA ONÇA PINTADA EM RELAÇÃO A EXTINÇÃO

O projeto teve início em 1990, com o nome de Carnívoros do Iguaçu pelo pesquisador Peter Crawshaw Jr., que juntamente com sua equipe, monitoraram por cerca de uma década espécies de carnívoros na Mata Atlântica, coletando informações inéditas, principalmente da onça pintada (*Phantera Onca*) e da jaguatirica (*Leopardus pardalis)* que eram os protagonistas do estudo inicial. Durante um período de três anos constatou-se que 10 onças foram mortas por caçadores e donos de rebanhos que eram atacados e no

5. O ICMS Ecológico é um instrumento de política pública, criado pioneiramente no Paraná, que trata do repasse de recursos financeiros aos municípios que abrigam em seus territórios Unidades de Conservação ou áreas protegidas, ou ainda mananciais para abastecimento de municípios vizinhos. Site da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?-conteudo=246>. Acesso em: 15 out 2019.

6. Disponível em <https://www.radioculturafoz.com.br/2019/05/27/chefe-do-parque-nacional-do- iguacu-e-contra-reabertura-da-estrada-do-colono/>. Acesso em 13 ago 2019.

7. Inteiro Teor do Acórdão, A G .REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.240.467 PARANÁ, 2020. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342521811&ext=.pdf>. Acesso em: 19 abr 2020.

período de 1995 à 1997, outras 30 onças adultas foram mortas no contorno do Parque (Relatório de Atividades, 2018,p. 04).

Nos anos seguintes, a população foi reduzida drasticamente, tanto pela caça, quanto por fatores demográficos o que gerou preocupação na equipe de proteção doParque. Em 2009 graças a recursos provenientes da renovação de contrato da concessão do Hotel Belmond Cataratas, os trabalhos puderam ser retomados e em 2010, um acordo de cooperação internacional com pesquisadores argentinos do *Proyeto Yaguareté*, foi firmado para unir forças nas pesquisas e na conservação da espécie pela extensão da Floresta Atlântica nos países vizinhos (*Ibidem,* p. 04).

Em 2018, o projeto teve o nome alterado para Onças do Iguaçu e foi reformulado, com nova equipe e novos parceiros, e almeja "a conservação da onça- pintada como espécie chave para a conservação da biodiversidade do Parque Nacional" (*Ibidem,* p. 05). Ela é considerada de extrema importância pois mantém o equilíbrio ecológico visto que regula a quantidade das populações de suas presas e suas exigências ecológicas são igualmente as das demais espécies (Instituto Onça- Pintada, 2019). Segundo o site do Instituto pró carnívoros o projeto tem como objetivos:

> Promover a conservação da onça-pintada na região do Iguaçu através de ações de pesquisa, manejo engajamento e coexistência. Subsidiar, por meio de informações da ecologia de onças-pintadas no ParNa Iguaçu, o planejamento e o manejo da unidade de conservação, assim como, contribuir para a avaliação e formação de uma rede de UC's que garantam a preservação de uma população mínima viável de onça-pintada *(Panthera onca*) e, consequentemente, a conservação da biodiversidade no Alto Rio Paraná. (Instituto Pró Carnívoros, 2018) .

A onça pintada é o maior felino das Américas e o terceiro maior do mundo, no Brasil a espécie é considerada como "vulnerável" em relação a extinção e na Mata Atlântica, está criticamente ameaçada. (Relatório de Atividades, 2018, p. 02). A população de onças reduziu de 87-90% nos últimos 10-15 anos na região do Alto Paraná e já perdeu cerca de 50% do seu território de distribuição original, a estimativa é de que restam "menos de 20% de remanescentes adequados para sua sobrevivência na região da Mata Atlântica" (*Ibidem,* p. 02).

A população de onças tem diminuído demasiadamente, e a "diminuição da área de habitat de boa qualidade para uma espécie rara afeta muito suas chances de continuar existindo" (Fragmentação de Ecossistemas, 2003, p. 37), além do fator da perda do *habitat*, os poucos felinos que restam vivem em populações pequenas, isoladas em poucas "ilhas" de floresta, a outra causa principal disso é a caça (Instituto Pró Carnívoros, 2019), mas os atropelamentos também são grandes ameaças sendo que "anualmente, 475 milhões de animais são atropelados nas estradas brasileiras (Guia de convivência, 2018, p. 33).

O PNI é uma das UC's do país com o maior Bioma da Mata Atlântica e que atualmente em meio ao desmatamento, é apenas uma porção de vegetação e representa cerca de 80%

das florestas originais que restaram no Estado do Paraná. Ele abriga diversas espécies de fauna e flora, inclusive algumas que estão em risco de extinção como a onça-pintada. Somando os dois parques e demais áreas contíguas, a área total protegida é de cerca de 600 mil hectares, sendo um dos mais importantes contínuos biológicos do Centro-Sul da América do Sul (Relatório de Atividades, 2018, p. 04).

Na Figura 1 pode-se analisar a situação do desmatamento no estado do Paraná e na Figura 2, onde são encontradas populações de onças na Mata Atlântica na Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina.



Figura 1 - Evolução do Desmatamento no Paraná.

Fonte: Relatório de Atividades, 2018.

Pode-se perceber na imagem que de 1890 até 1980 a devastação das florestas foi intensa, período onde o estado passou por forte movimento de colonização (ZATTI, 2001, p. 07), como consegue-se observar que no ano de 2016 poucas áreas verdes restaram, sendo uma delas a região do PNI, isso afeta drasticamente a população de onças já que necessitam de grandes extensões para viver.

Na figura 2, é possível identificar que O PNI é um dos últimos *habitats* onde a espécie predomina, juntamente com Argentina e Paraguai, o trecho forma um importante gargalo verde para a sobrevivência da espécie.

De acordo com o Instituto Onça Pintada a área que uma onça vive durante sua vida pode varias, sendo de 13 km² nas florestas de Belize (Rabinowitz, & Nottingham, 1986) a 265 km² no Cerrado do Brasil central (Silveira, 2004). Estudos têm revelado também que a área de vida de indivíduos machos é maior do que a de fêmeas, sendo que a área de vida de um macho pode englobar as de várias fêmeas (Instituto Onça Pintada, 2019).

Logo, a necessidade de preservação de todo trecho ainda restante, é essencial não só por causar efeitos na biodiversidade, como também por ser propício a área de vida dessa espécie tão importante para a manutenção da cadeia alimentar.

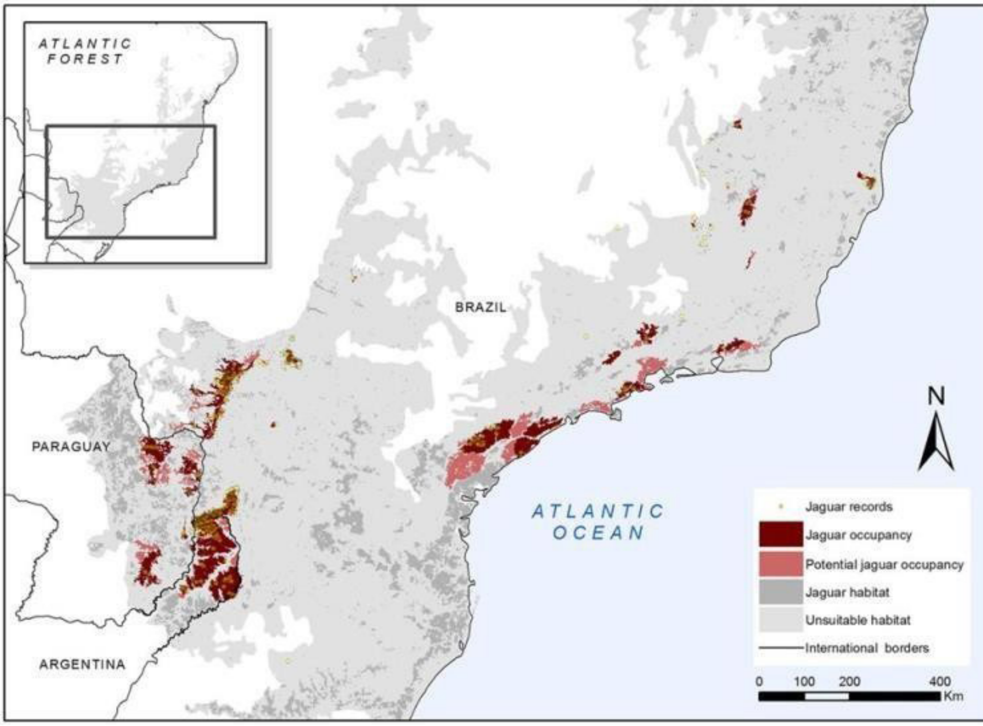


Figura 2 - Populações de Onças na Mata Atlântica.

Fonte: PAVIOLO, Augustin; ANGELO, Carlos De; AZEVEDO, Fernando. 2016.

5 I CONCLUSÃO

Pode-se afirmar que as estradas causam impactos negativos nos ecossistemas em que estão inseridas, podendo acarretar diversos problemas como os relatados neste estudo, em virtude disso, pode-se deduzir que o PL Nº 984-A/2019, caso aprovado ocasionará malefícios para o projeto Onças do Iguaçu, pois ele poderá sofrer com a perca da população de onças se houverem casos de atropelamentos e mortes devido a caça.

As inconsistências do PL Nº 984-A/2019 puderam se comprovar devido a falta de um planejamento que demonstre de que forma a estrada seria construída, o que de fato existiria para fomentar o turismo, já que para o mesmo existir tem a necessidade de possuir atrativos e quais as reais vantagens econômicas resultariam disso, já que nenhuma pesquisa a fundo foi feita para tal alegação, além disso não houve divulgação das perdas ambientais que podem ocorrer. Na cartilha do Projeto de Lei do Dep. Assis do Couto foi constatado diversas afirmações sobre a abertura da estrada que não possuem fonte de pesquisa, por exemplo a declaração de que a Unesco não retiraria o título de Patrimônio Natural da Humanidade se a estrada fosse aberta, ratificando a ideia de que a proposta é infundada e que há informações vagas sobre a mesma.

Por fim, esta pesquisa comprovou que o Projeto Onças trouxe resultados satisfatórios no aumento da população de onças através da conscientização da sociedade com projetos e programas de engajamento da população lindeira, ao reabrir a estrada, há a facilitação de eventos como atropelamentos ocorrerem, como ocorre no Parque Argentino, que possuem redutores de velocidade, avisos para os motoristas redobrarem a atenção e facilitações para os animais e mesmo assim cerca de três mil animais morrem por ano devido à falta de respeito dos condutores que com frequência acabam isentos de multa em virtude de apresentarem placas estrangeiras, portanto antes de um projeto como este ser aprovado é necessário ser feito com que a sociedade tenha total compreensão da importância da preservação.

Considerando-se o bacharel em turismo como sendo um profissional holístico, tem a obrigação de levantar questões como essa, demonstrando que neste caso a perda ambiental não se justificaria em razão do ganho econômico e que a preservação não deve ser vista como um empecilho ao desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

Dallo, Luciano. **Caminho do Colono: vida e progresso.** Francisco Beltrão: Grafit, 1997. 107 p.

DOUROJEANNI, Marc, J. **Estradas Parque, uma oportunidade pouco explorada para o turismo no Brasil.** 2003. 08 p.

Instítuto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio). **Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu**. Brasília, 2018. 57 p. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_do_parna_do_iguacu_fevereiro_2018.pdf>. Acesso em: 12 ago 2019.

Jornal Gdia. **Comissão do Senado aprova projeto da Estrada do Colono.** Foz do Iguaçu, 18 de setembro de 2019, p. 07. Ano 03, Edição 975.

LIMA, Karen Cristina Braga. **Impacto de estradas em unidades de conservação do Brasil.** 2013. 94 p. Disponível em: <http://cbee.ufla.br/portal/imgs/imagesCMS/publicacao/pdf/22.pdf>. Acesso em: 05 jul 2019.

MEDEIROS, Rodrigo. **Evolução das Tipologias e Categorias de** Áreas **Protegidas no Brasil.** Tese de doutorado no Depto. de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a03v9n1.pdf>. Acesso em: 08 ago 2019.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). Áreas **Naturais Protegidas.** Disponível em: <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas.html>. Acesso em 02 ago. 2019.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Fragmentação de Ecossistemas, Causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas.** Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/fragment.pdf?fbclid=IwAR27IVL m8yFoYd0fNaxLcIpj9fvRvKWi-DEgqbsLflVbEV5v88jKl5Tnqjo>. Acesso em: 08 mar. 2020.

Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao Turismo**. Editora Roca Ltda. São Paulo, 2001.

Plan de Gestión del Parque Nacional Iguazú. Período 2017-2023. Disponível em: <http://plandegestionpni.blogspot.com/>. Acesso em: 07 nov 2019.

Projeto De Lei N. º 984-A de 2019. **Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para criar a categoria de Unidade de Conservação denominada Estrada-Parque e institui a Estrada-Parque Caminho do Colono no Parna do Iguaçu; tendo parecer da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação** (relator: DEP. HUGO LEAL). 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=677735 C5738175BCF02BC2F133A63F13.proposicoesWebExterno1?codteor=1735433&file name=Avulso+-PL+984/2019>. Acesso em: 17 jul 2019.

Projeto de Lei Nº 61, de 2013. Secretaria de Editoração e Publicações.
Brasília-DF. 2013. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg- getter/documento?dm=4537383&ts=1570023764538&disposition=inline>. Acesso em: 17 jul 2019.

Revista de Informação Nova Fase. **Estrada Parque, Oeste e Sudoeste unidos com segurança**. 2019. Ano 35- Edição 466. p .05.

SORIANO, Afranio José Soares. **Estrada Parque: proposta para definição.** Tese de Doutorado em Organização do Espaço. UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA Instituto de Geociências e Ciências Exatas Campus de Rio Claro. Rio Claro (SP) 2006.

Supremo Tribunal Federal. **Inteiro Teor do Acórdão, A G. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.240.467 PARANÁ.** Brasília, 21 de fevereiro de 2020. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342521811&ext=.pdf >. Acesso em:19 abr 2020.

TELES, Reinaldo Miranda de Sá (org.). **Turismo e Meio Ambiente.** Coleção Eduardo Sanovicz de Turismo. Elvesier Editora Ltda. Rio de Janeiro, 2011.

URBAN, Teresa. **Parna do Iguaçu, Caminho Aberto para a Vida.** 2002.

O DESENVOVIMENTO DO PRODUTO DE MODA AUTORAL EMBASADO NO DESIGN VERNACULAR: UMA REFLEXÃO SOBRE O PROCESSO CRIATIVO

Data de submissão: 20/05/2023 *Data de aceite: 03/07/2023*

Berton, Tamissa Juliana Barreto
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design - Câmpus de Bauru
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Câmpus Apucarana
Apucarana - PR
http://lattes.cnpq.br/5981876844144276

Landim, Paula da Cruz
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design - Câmpus de Bauru
Bauru – SP
http://lattes.cnpq.br/4943484003365191

RESUMO: O design de moda com característica autoral contempla artefatos com especificidades do autor, sendo capaz de abranger sua cultura, experiência, dentre as diversas individualidades. O design vernacular consegue se integrar ao autoral, visto que se define ao se relacionar com singularidades de um lugar, comumente acoplado a uma cultura. Desse modo, realiza-se uma reflexão sobre esses princípios no processo criativo do produto de moda.

PALAVRAS-CHAVE: Design de Moda; Moda Autoral; Design Vernacular.

THE DEVELOPMENT OF THE AUTHORAL FASHION PRODUCT BASED ON VERNACULAR DESIGN: A REFLECTION ON THE CRIATIVE PROCESS.

ABSTRACT: Fashion design with authorial characteristics contemplates artifacts with the author's specificities, being able to cover their culture, experience, among the various individualities. Vernacular design manages to integrate with authorship, as it defines itself by relating to the singularities of a place, commonly coupled with a culture. Thus, there is a reflection on these principles in the creative process of the fashion product.

KEYWORDS: Fashion Design; Authoral Fashion; Vernacular Design.

1 I INTRODUÇÃO

A moda possui incontáveis temáticas que inspiram um designer em sua obra. Adversidades socioculturais vêm transfigurando os anseios do consumidor/

usuário, existe uma predisposição a singularidade, a artefatos repletos de significados e que sejam atemporais. Logo, artigos que possuem características autorais atendem a transformação dos interesses daqueles que buscam valores específicos agregados à uma peça de roupa.

O design vernacular consiste em um eixo de suporte para produtos carregados de peculiaridades culturais, simbolismos, métodos, enfim, quaisquer elementos originados de um lugar, uma sociedade, um costume e/ou um período. O termo vernacular não é usual no âmbito do design de moda, apesar disto, Boufleur (2006, p.22) explica que atividades semelhantes também são denominadas como "design alternativo, design espontâneo, design popular, design não-canônico, design não-profissional, design vernacular, pré-design, entre outros".

Nota-se que tais aspectos do vernacular são consideravelmente utilizados no design de moda, ainda que a nomenclatura não esteja comumente empregada nas atividades. Dessa forma, busca-se neste trabalho investigar o design vernacular e o design autoral e compreender a conexão entre eles, destacando a existência da abundância de referências existentes capazes de valorizar um projeto de design de moda.

A fim de contextualizar o design vernacular, o design de moda e a moda autoral, a metodologia utilizada neste trabalho consiste em um levantamento bibliográfico para se compreender perfeitamente tais fragmentos do design inserindo a questão da concepção do produto de moda, gerando discussões que permeiam a área, de modo a compreender tais cenários diante do processo criativo.

2 | DESIGN VERNACULAR

Compreender a respeito do teor vernacular no design faz-se fundamental para que seja incorporado em qualquer outra vertente do design, sendo que em algumas habilitações de projeto não se compreende por tal denominação, embora seja amplamente trabalhado.

Bonfleur (2006) explica que é possível perceber técnicas, propósitos, conceitos e valores por meio da análise de um artefato. Encontra-se nele, um contexto relativo a um indivíduo específico, seus princípios e costumes, sendo capaz de informar também a cultura material de um período e lugar. Para o autor, nenhum processo de desenvolvimento e constituição de um objeto, por mais primário que seja, foi abolido completamente.

> Se anteriormente ao advento da indústria não existia o que entendemos por design, a partir da estrutura que o processo de industrialização proporcionou, outras maneiras de desenvolver artefatos surgiram também. Mas numa condição diferente das acima citadas, na qual os artefatos são criados a partir do uso e da transformação de recursos naturais – matéria-prima bruta, nestas práticas alternativas os artefatos são constituídos a partir da transformação ou reconfiguração de outros artefatos industriais pré-existentes, em geral, não constituídos com o objetivo industrial de serem comercializados, mas para serem apenas utilizados. São fenômenos que se enquadram numa

> definição que, a partir do design, entenderíamos por pós-uso. Mas, com uma melhor especificação dentro deste contexto, são formas que não se caracterizam pela produção em série, e que, portanto, partindo de uma visão de sociedade industrial, são entendidas num aspecto marginalizado como formas "esporádicas" ou "artesanais", ou seja, como verdadeiras anedotas (BOUFLEUR,2006, p.22).

Entende-se assim, que antes das transformações do processo produtivo, era utilizado recursos próprios para constituir os produtos para uso particular, significando que eram objetos singulares e originais, compreendidos atualmente como artesanal.

De acordo com Finizola (2010, p. 34) "a utilização do termo vernacular é empregada para definir aqueles artefatos autênticos da cultura de determinado local, geralmente produzidos à margem do design oficial".

Caccere e Fabris (2013, p. 79) afirmam que o design vernacular é refletir sobre o íntimo, compreendendo a conexão particular entre o autor e sua obra. "É perceber o multiculturalismo que afeta os indivíduos, a visualidade híbrida e a pluralidade que compõe as metrópoles". E continuam declarando que é preciso abandonar o preconceito estético e estar atento ao desenvolvimento urbano.

No entanto o design vernacular consiste em um processo que apresenta particularidades culturais de um povo, de modo que materiais, técnicas, costumes, representações, entre outros itens que compõem um artefato ficam evidentes, possibilitando a percepção das características conceituais e físicas de um lugar, um grupo e/ou uma geração por meio do objeto.

> O vernacular se constrói em um espaço simbólico, onde as novas tecnologias avançam e encontram formas primitivas, populares e particulares, de maneira a estabelecer um possível equilíbrio. Compartilha e se cruza com as novas tecnologias em um processo pluralístico, privilegiando uma abordagem inclusiva, onde ambas as posições (o erudito e o popular) são vistas como partes de uma mesma cultura (DONES, 2005, p.80).

Fukushima (2009) expõe que vernacular caracteriza demonstrações específicas de uma cultura, abrangendo a comunicação de um povo por meio da elaboração de objetos. Para o autor, essa expressão no design é empregada tanto para representar um produto peculiar de determinada região, sem influências externas, quanto designar métodos que se apropriam dessas particularidades culturais para conceber um artigo.

Se denomina apropriação formal a criação inspirada em culturas específicas, no qual o designer incorpora as informações encontradas em um local e transfere para o seu trabalho. Este processo consiste em uma permuta de experiências entre os que compartilham dos mesmos princípios (CACCERE & FABRIS, 2013).

Dones (2005, p.80) explica que o ambiente onde acontecem as releituras são essenciais no âmbito do design, destacando a importância da compreensão do funcionamento desse processo. Logo, o armazenamento das informações obtidas por

meio da percepção visual embasada no cenário explorado deve ser interpretada e ainda abastecer com um padrão consecutivo de significados, para que não seja interpretada incoerentemente. Embora a autora estude o contexto do vernacular no design gráfico, a sua afirmação pode estar relacionada a qualquer outra vertente do design, inclusive produtos.

Nos dias atuais, o reconhecimento dos princípios e da cultura local é inevitável, sendo significativo aos designers e produtores a aptidão para interpretar os costumes regionais, inserindo propriedades imateriais que tornam o artefato diferenciado e com possível inovações (MORAES, 2010).

O cenário designado de apropriação formal, no qual a cultura influência a inspiração de novos produtos, encontra-se fortemente utilizado por designers, principalmente no caso do design de moda, espaço em que comumente duas vezes no ano se desenvolve nova coleção e de acordo com tendências estéticas, utilizando referências de inspiração que abrangem uma coleção inteira.

Sorger e Udale (2009) afirmam que a moda é ágil e mais acelerada comparando com as demais indústrias da área do design, refletindo a pressão para projetar tendências constantemente. Os profissionais da área carecem de novas inspirações para que seu trabalho seja atual, inovador e contemporâneo. Os autores exemplificam como são utilizadas fontes de inspiração na moda.

> Os temas podem ser pessoais, abstratos ou mais literais, Alexander McQueen, Vivienne Westwood e John Galliano desenharam coleções em que as fontes de inspiração são claras para qualquer um. A coleção de McQueen “It´s a jungle Out There” (É uma selva lá fora), de 1997-1998, misturou pinturas religiosas com a evocação de um antílope africano em extinção. Vivienne Westwood utilizou piratas, quadros de Fragonard e arte decorativas dos séculos XVII e XVIII da Wallace Collection como inspiração em coleções diferentes. Galliano foi influenciado pelo circo, pelo Egito antigo, pela cantora punk Siouxsie Sioux e pela Revolução Francesa (SORGER & UDALE, 2009, p.16).

Embora alguns exemplos não sejam inspirações provindas de culturas e regiões, o intuito é apresentar a maneira com que os conceitos que envolvem temas de coleção a moda são explorados, e assim, demonstrar como essas apropriações podem ocorrer no design de moda.

Para complementar o contexto do design vernacular como fonte para a produção de objetos de moda, considerando o Brasil como motivação, Moraes (2010, p.159) expõe que o país nos “conduziu a uma estética multicultural, híbrida e mestiça. Foi aberta, através do pluralismo étnico e estético local, uma forte presença de signos múltiplos e de uma energia particularmente brasileira”. Para a moda é estratégico explorar e decodificar as inúmeras referências provenientes da cultura e do ambiente brasileiro, transpondo em possíveis aplicações no design e na indústria da moda.

Este artigo tem como cerne a moda autoral, segmento em que toda precipitação da área se encontra dispensável. E assim, o resgate dos princípios e individualidades do autor

se destacam para a elaboração de artefatos de design que apresentem particularidades que, de certo modo, podem se relacionar ao design vernacular.

3 I MODA AUTORAL

De acordo com Frings (2012, p. 61) os motivos para que a moda se modifique são porque representa “mudanças no estilo de vida das pessoas e os eventos atuais” e por causa das variações dos seus costumes. E continua afirmando que como a moda é um objeto de transformação “a noção de *timing* (a capacidade de compreender a velocidade da aceitação e a mudança) é uma qualidade importante para qualquer pessoa envolvida com o desenvolvimento de produtos” no setor da moda. Portanto a moda é uma área cíclica com transformações contínuas, o profissional da área precisa se atentar ao comportamento e as buscas constantes do consumidor.

Conteúdos autorais estão se firmando nesta área, o público procura referências que os identifiquem, demonstrando simbolismos particulares que constatem e comuniquem seus desejos e convicções. A plataforma de pesquisa de tendências WGSN (2018) afirma que com a estética semelhante por toda parte, os produtos conduzidos por propósitos específicos e práticas impulsionadas por um significado terão o seu destaque. E continua alegando que marcas que refletem sobre sustentabilidade, bem-estar e parceria serão apuradas pelos consumidores. Entende-se assim, que a moda carece considerar o cerne da autenticidade nos seus produtos, e alguns conceitos já estabelecidos pelo mercado como a massificação e a produção em excesso necessitam de restruturação.

A indústria do vestuário possui em sua maioria uma cultura de réplicas e adaptações das referências apresentadas em desfiles e editoriais de moda. Frings (2012) expõe que existem empresas que lidam com adaptações, uma reprodução do design de outro profissional. Estas compram o produto em questão, elaboram o molde baseado na peça, adquirem quantidades generosas de um material semelhante e produzem, sendo que os custos ficam menores e assim as cópias chegam ao mercado com o preço consideravelmente inferior ao original.

A moda está encarregada de produzir artefatos para a sociedade, e aparentemente o que determina as formas e os estilos vigentes é a lógica de mercado e a lucratividade. Logo, a moda autoral se manifesta para romper padrões, e o que a conduz são os valores estéticos e simbólicos, e se sobrepõe às questões mercadológicas (CHRISTO; SABRÁ, 2014).

Garcia e Miranda (2010) afirmam que o designer de moda contemporâneo necessita compreender a responsabilidade comercial sem divergir dos princípios artísticos de grandes estilistas. É importante visualizar o mercado e interpretar as necessidades, porém é encargo do designer de moda aperfeiçoar o aspecto visual, sensorial e representativo do produto. No entanto, ainda que o designer necessite conhecer o mercado e seus usuários,

a busca é por objetos mais ricos em simbolismos, que transmita algo além da estética.

O design autoral, de acordo com Gonçalves (2014, p.145), contempla os valores culturais do local e o contexto do criador "dialogando com a cultura global de forma estratégica, sendo capaz de promover novos valores na sociedade através de seus artefatos investidos de carga simbólica, ou seja, capaz de propor inovações na cultura". Logo a influência das crenças, costumes e de conceitos em produtos de design de moda além de agregar valor e refinar uma peça ou coleção, possibilita transfigurações de comportamentos.

Felippe et al. (2020) compreende o profissional que atua com design autoral como mediador de valores inovadores interrompendo a coesão dos artefatos disponíveis. Ao planejar suas criações, o designer focado nos seus princípios busca utilizar técnicas regatadas, novos materiais, um processo criativo particular ou mesmo atender um usuário específico ainda não contemplado pelas grandes marcas.

A particularidade do produto de design pode estar relacionada a qualquer etapa do processo construtivo ou do resultado, o autoral abre possibilidades para a individualidade do autor se inserir no projeto ou no produto, e quando essas afinidades se introduzem no processo, a criação flui sem bloqueios ampliando perspectivas originais.

> Ao design autoral é oferecida uma espécie de alforria para atuar em diferentes camadas do processo criativo, desconstruindo e utilizando deslocamentos para promover uma nova observação sobre o mesmo produto, a fim de provocar reações por meio de valores simbólicos, emocionais como disseminadores de novos sentidos. A autoria poderia fundamentar-se no "tripé conceitual": artesanato, arte e design; áreas contíguas que atuam em conjunto. Pois a manualidade é uma presença constante nas obras de cunho autoral, pois é no "fazer com as mãos" na observação dos movimentos desta percepção que surgem formas e novos projetos (SILVA, 2016, p. 152).

Diante da realidade de adequações dos artefatos, a reflexão sobre quesitos autorais no design de moda se torna essencial para que características singulares sejam capazes de ampliar conceitos, gerar novas propostas e assim, destacar o segmento.

4 | CONEXÕES E DISCUSSÕES

A moda autoral representa uma marca, uma coleção ou um artefato encorpado de significado, que contenha todos os quesitos fundamentais, como conforto e durabilidade, para uma qualidade satisfatória e que ainda revele elementos e informações que enalteçam o valor incorporado. Este conceito pode estar aliado a processos artesanais e/ou direcionado a culturas específicas, mas entende-se que não somente esses fatores determinam um produto de moda como autoral, mas sim, quando o designer é capaz de manifestar seus princípios ao elaborar o objeto, por meio de representações, materiais específicos, processos criativos, técnicas resguardadas, valores, enfim, inúmeros aspectos que compõem o indivíduo e o processo.

O design vernacular é estabelecido pelo conceito de elementos específicos de uma cultura, de modo que costumes, crenças, manifestações artísticas, conhecimentos, entre outros, são recursos que fundamentam a elaboração do produto de design. No entanto, estas características podem ser próprias do autor designer, conforme seus princípios, hábitos e ascendência, ou podem servir como inspiração para novos projetos de design.

Quando peculiaridades provindas de um lugar, um grupo, uma geração ou um período, constituem a história do profissional de design e ele se apropria desses conhecimentos para desenvolver o seu produto, considerando suas habilidades e seus interesses, considera-se que o profissional se utiliza do design vernacular para compor a sua arte. E assim, com características pessoais do autor constituídas na elaboração do produto, correlaciona-se com o design autoral, vertente do design que valoriza as particularidades do profissional.

Segundo Moares (2010, p. 160) os artefatos e a moda como parcela da cultura material brasileira são resultados da riqueza multicultural que podem expor "atributos intangíveis e imateriais, em que valores se misturam e dão origem a resultados híbridos que tendam a promover novos ornamentos tipológicos, conceitos estéticos diversificados, valores de estima e de uso diferenciados". No entanto, ao conectar tais vertentes do design e da moda, entende-se que um complexo de propriedades intrigantes e encantadoras serão capazes de induzir e materializar o artefato.

Uma questão relevante no contexto que pertence ao desenvolvimento do produto de moda, seria que um processo normalmente acelerado e volumoso, com características vernaculares e autorais, tende a ser mais lento, de modo que os valores inseridos em todo processo seja a ênfase das coleções, tornando a roupa mais durável quanto sua estética, descartando determinadas tendências instantâneas.

Enfatiza-se que apesar das particularidades individuais do autor e sua apropriação da sua conjuntura, no instante que artigos regionais são transportados para outros contextos, dificilmente as simbologias e informações contidas serão conservadas. Desse modo, a referência utilizada pelo design deve ser íntegra, para que seja possível se adequar devidamente ao artefato idealizado.

> É importante salientar que quando esses objetos regionais são transplantados do seu ambiente cultural de origem, há um processo de ressignificação, tanto das comunidades locais quanto no novo contexto social no qual são inseridos. Não há como preservar nessas transposições a simbologia cultural desses produtos, a qual está em constante mutação devido às mudanças nas relações sociais e culturais de uma comunidade (CACCERE & FABRIS, 2013, p.75)

Apesar de significados e especificidades não serem capazes de se transportarem na sua totalidade juntamente com o produto, o valor agregado e os detalhes comunicados por meio dele, sendo estéticos, funcionais ou simbólicos, ampliam a relevância do objeto, proporcionando ao consumidor experiências que são exclusividade do autor.

Perceber a diversidade estética deparada nas ruas é uma maneira de romper arquétipos que extinguem os sinais da constituição de uma cultura, o que é fundamental para que a atividade projetual seja composta de um conjunto de elementos que pertencem a uma sociedade" (CACCERE & FABRIS, 2013). Portanto, particularidades estéticas, comportamentos e descendência são ocultadas em grande parte dos projetos de design, vezes por falta de conscientização e motivação dos profissionais por abordarem tais aspectos.

Desse modo, apurar tais características para um projeto de design de moda, pesquisar, analisar e buscar implementar o design vernacular e autoral no planejamento que delimitará as possibilidades diante da realidade da autora, busca demonstrar a relevância da ideia.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática vernacular embora constantemente empregada no design de moda, não é habitual reconhecê-la pelo termo, no entanto notou-se que em diversas áreas do design a denominação pode ser divergente. Independente disto, o design vernacular recupera atributos de um povo, um lugar, uma geração, o que vem agregar a um produto de design diversos valores expressivos que outra referência de concepção de artefatos jamais conseguirá envolver.

O design autoral compreende um conteúdo deveras particular do autor, podendo alcançar peculiaridades pessoais, que são íntimas, além da cultura, fazem parte da história, da criação, da personalidade, dos traumas, enfim, da ideologia que o autor construiu ao decorrer de sua existência.

Nota-se que no design o autoral e o vernacular são capazes de se complementar mutuamente, de modo que acrescentam ao profissional referências para uma base sólida no seu processo criativo. O percurso para que o designer conquiste tais conceitos é árduo, precisam ser quebrados paradigmas que construíram o indivíduo e o especialista, além de exercitar sua percepção, seu olhar e seu instinto para a concepção dos artefatos.

REFERÊNCIAS

BOUFLEUR, Rodrigo Naumann. **A questão da gambiarra**: formas alternativas de desenvolver artefatos e suas relações com o design de produtos. 2006. 153 p. Dissertação de mestrado – FAU-USP, São Paulo, 2006.

CACCERE, João P. A.; FABRIS, Yasmin. **Design Vernacular**: Experiências urbanas e modos de interação entre pessoas e artefatos. 2013. 101 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Bacharelado em Design. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

CHRISTO; D. C.; SABRÁ, F. G. C. As escolhas estéticos-formais do designer de moda e sua relação com a estrutura social. **Anais 10° Colóquio de Moda**, Caxias do Sul, 2014. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202014/ARTIGOS-DE-GT/GT05-DESIGN-DE-MODA-teoria-e-critica/GT-5-AS-ESCOLHAS-ESTETICO-FORMAIS-DO-DESIGNER-DE-MODA.pdf>. Acesso em: set 2018.

DONES, Vera L. As apropriações do vernacular pela comunicação gráfica. **Revista Gestão e Desenvolvimento**. v.2. n.1., 2005 Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/1067/1503>. Acesso em: jan 2021.

FELIPPE, A. M. *et al.* Fashion lab como fator de inovação no design autoral de moda. **ModaPalavra**, Florianópolis, v. 13, n. 30, p. 9–39, out./dez. 2020. Disponível em: <https://200.19.105.203/index.php/modapalavra/article/view/18768>. Acesso em: dez 2020.

FINIZOLA, Maria de Fátima Waechter. **Panorama tipográfico dos letreiramentos populares**: um estudo de caso na cidade do Recife. 2010. 145 p. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

FRINGS, G. S. **Moda**: do conceito ao consumidor. 9 ed. Porto alegre: Bookman, 2012. 472 p.

FUKUSHIMA, Naotake. **Dimensão Social do Design Sustentável**: contribuições do Design Vernacular da população de baixa renda. 2009. 159 p. Dissertação de mestrado -Programa de Pós-Graduação em Design - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

GONÇALVES, A. S. Q. Criação autoral na perspectiva do design estratégico: uma análise de projetos acadêmicos de moda. 170 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio do Sinos – UNISINOS, Porto Alegre, 2014.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenacão de Populacão e Indicadores Sociais. **Cidades e Estados:** Apucarana. 01 jul 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/apucarana.html>. Acesso em: jan 2021.

MORAES, Dijon De. Moda, design e complexidade. In: PIRES, Dorotéia Baduy (org.). **Design de Moda**: olhares diversos. Barueri: Estacão das Letras e Cores Editora, 2008. p. 155-162.

PAZMINO, Ana Veronica. **Como se cria**: 40 métodos para design de produtos. São Paulo: Blucher, 2015.

SANCHES, M. C. F. Projetando moda: diretrizes para concepção de produtos. In: PIRES, Dorotéia Baduy (org). **Design de Moda:** olhares diversos. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2008. p. 289-301.

SILVA, P. G. F. **Design Estratégico e Design Autoral**: uma assinatura plural.

Dissertação (Mestrado em Design Estratégico) – Programa de Pós-graduação em Design Estratégico da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, 2016.

SORGER, R.; UDALE, J. **Fundamentos de Design de Moda**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

WGSN (ed.). **Futuras Inovações 2021**: macroprevisões. 29 nov 2018. Disponível em: <https://www.wgsn.com/pt/>. Acesso em: abr 2020.

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E A TENDÊNCIA DO ESG NAS ESTRATÉGIAS DE NEGÓCIOS

Data de aceite: 03/07/2023

Daty Costa de Souza
https://wwws.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=C79CE6AABD02069387CA47E0132046F5

Carlos Roberto de Oliveira
http://lattes.cnpq.br/0159994067594280

Fagner Evangelista Severo
http://lattes.cnpq.br/5784104598398461

RESUMO: O mundo tem despertado para questões que envolvem o meio ambiente e qualidade de vida dos povos, que requer ações urgentes e sustentáveis para que as gerações futuras não sejam prejudicadas. Por isso, a responsabilidade social corporativa é fundamental e a ESG esteja cada vez mais presente nas agendas das empresas com investimentos e compromissos em ações sustentáveis de longo prazo, integrando o ambiental, o social e a governança. O presente estudo tem como objetivo estudar o que as marcas estão apresentando sobre o ESG, e a Natura, que é um exemplo de empresa sustentável em sua estratégia de negócios, desempenhando um papel transformador, tendo se tornado um exemplo de empresa sustentável, resultando em oportunidades de crescimento e progresso.

PALAVRAS CHAVE: Responsabilidade social corporativa, ESG, sustentabilidade.

CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY AND THE ESG TREND IN BUSINESS STRATEGIES

ABSTRACT: The world has awakened to issues involving the environment and people's quality of life, which require urgent and sustainable actions so that future generations are not harmed. Therefore, corporate social responsibility is fundamental and ESG is increasingly present on the agendas of companies with investments and commitments to long-term sustainable actions, integrating environmental, social and governance. The present study aims to study what brands are presenting about ESG, and Natura, which is an example of a sustainable company in its business strategy, playing a transformative role, having become an example of a sustainable company, resulting in opportunities for growth and progress.

KEYWORDS: corporate social responsibility, ESG, sustainability.

INTRODUÇÃO

O comprometimento organizacional é um incentivo que a empresa proporciona a seus funcionários para que eles comecem a agir de acordo com o objetivo proposto. De acordo com [11], o investimento das empresas em práticas de responsabilidade social corporativa acaba sendo uma solução para contribuir com o comprometimento dos empregados e mesmo sendo um impacto positivo na percepção do funcionário sobre essas práticas. E isso é importante, porque segundo [1], a responsabilidade social corporativa está ligada a vários comportamentos e reações relacionados ao trabalho, influencia os empregados em permanecer no emprego e também ao comportamento ligado à retenção na empresa.

A literatura nos mostra que a discussão sobre responsabilidade social vem atravessando séculos. [8] nos lembra da "casuística", proposta pela primeira vez nas Institutas de Calvino, posteriormente absorvida pelos teólogos católicos da Contra Reforma e transformada numa ética política pelos discípulos jesuítas nos séculos XVII. A casuística representou tentativa de se pensar a responsabilidade social num conjunto de éticas especiais para os que detinham o poder, para quem, nesse conceito, o soberano tem o dever, conforme formulado por Calvino, de subordinar seu comportamento individual e sua consciência individual às demandas de sua responsabilidade social. No entanto, se é casuística essa realidade ética não tinha como prosperar.

Schermerhorn Jr [12], aponta que a responsabilidade social corporativa, como um compromisso de uma organização de servir a seus próprios interesses, mas também da sociedade, ressaltando como o comportamento de uma empresa pode afetar todos os stakeholders organizacionais, compreendendo pessoas, grupos e outras organizações. Segundo [10], as empresas que se preocupam em desenvolver ações internas e externas com atitudes que afetam positivamente todos os seus stakeholders e seus funcionários, produzem nos mesmos aumento de produtividade, ajudando no cumprimento das metas organizacionais, proporcionando saúde e segurança no ambiente de trabalho.

Na área do Marketing, como responsável pela ligação entre a empresa e o mundo exterior, já se percebe há tempos, alertas a respeito da responsabilidade social e ecológica, como se pode notar no texto de [5], que apresenta as responsabilidades dos profissionais de marketing, segundo a AMA (American Marketing Associtation).

Os mesmos autores ainda ressaltam a relação do Marketing e ecologia, considerando o relacionamento dos organismos com seu habitat como dos mais importantes dos anos 90, pois várias indústrias e líderes governamentais já consideravam, na época, o meio ambiente como o desafio mais difícil enfrentado pelos negócios. Várias questões ambientais atravessavam o mundo, como lixo de resíduos alimentares, chuva ácida, destruição da camada de ozônio, elevação da temperatura da Terra e contaminação do ar e da reserva de água.

De acordo com a Fiesc (Federação das Indústrias de Santa Catarina) [9], destaca que a incorporação das dimensões ambiental, social e de governança pelas empresas é considerada uma reinvenção do capitalismo, mas que como toda grande mudança, ela requer um período de transição, e a hora de embarcar é agora. Traz ainda o impacto finance iro para essa onda, que segundo a Bloomberg Intelligence representará 50 trilhões de dólares, até 2025.

OBJETIVOS

Assim, o presente estudo tem como objetivo estudar o que as marcas estão apresentando sobre o ESG, no sentido de deixar legados marcantes de proteção para futuras gerações.

MATERIAL E MÉTODOS

A contribuição das empresas para o desenvolvimento sustentável, incluindo a governança e a parte social, é uma preocupação constante tanto para os investidores, governo, empresas e alguns órgãos ambientais. E como o ESG tem se tornado uma tendência muito discutida no dia a dia corporativo, a transparência das empresas em relação ao seu futuro, é de extrema importância. Para isto, foi feita uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de colher informações sobre a presença da ESG nas estratégias das empresas, como nova tendência orientando seus planos. Para reforçar o estudo buscou-se analisar a empresa Natura, suas ações que efetivamente buscam resultados ambientais e sociais, inseridos em seu modelo de governança. Para essa fase do estudo optou-se pela pesquisa descritiva, que para [6], este tipo de pesquisa acontece, sempre que se registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos, sem manipulá-los. Os dados foram obtidos através de pesquisa bibliográfica, em livros e também pesquisa na internet para realização deste conteúdo, sobre a Natura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Bansal & Song 2017 [4] do ponto de comprometimento organizacional, a sustentabilidade das empresas está ligada às equipes e à qualidade dos produtos que atendem às dimensões econômica, social e governamental. À luz desse entendimento e do referencial bibliográfico apresentado, o presente estudo procurou comparar conceitos e as ações de uma empresa de relevância no mercado, no caso a Natura. Essa empresa, em 2020, lançou seu compromisso com a vida, com visão de sustentabilidade, estabelecendo compromissos, além de ações para enfrentar a crise climática e com o intuito também de proteger a Amazônia, com metas ousadas para a próxima década, gerando soluções de negócios com impacto positivo no mercado. Decidiu apostar na

inovação para promover impacto econômico, social e ambiental, com o intuito de se tornar o melhor grupo de beleza para o mundo. Como o mundo tem apenas uma década para reduzir a metade das emissões de gases de efeito estufa, limitando em menos de 1,5 graus o aquecimento do planeta, a Natura no tocante a parte ambiental passa para um modelo de zero emissões líquidas, na intenção de eliminar as emissões de gases do efeito estufa. Além disto, há 20 anos a Natura preocupada com a Amazônia, desenvolve alternativas econômicas sustentáveis contribuindo para a conservação de 2 milhões de hectares de florestas na região, além de fomentar esforços coletivos para o desmatamento zero até 2025. De acordo com Andrade et al 2017 [2], o grande desafio tanto do governo, quanto da sociedade e dos empreendedores é justamente harmonizar a competitividade do ambiente econômico global com o desafio da sustentabilidade. Quanto a parte social, a Natura promete garantir a paridade de remuneração, eliminando a diferença de gêneros até 2023, além de chegar à liderança feminina de 30% até 50%, também em 2023, empenhados em medir e aumentar o lucro, a saúde e a educação de todos os funcionários, promovendo um modelo de negócio confiável e seguro com salário digno para todos. E quanto a Governança Corporativa, a Natura se preocupa com a transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, acompanhando as melhores práticas nacionais e internacionais. De acordo Araújo et al 2022 [3], a capacidade de inovar através do ESG, faz as empresas analisar seus padrões de sustentabilidade corporativa e ações de inovação ambiental fornecendo informações valiosas sobre o desempenho das empresas, sua gestão estratégica, sua sustentabilidade corporativa, assim como a proteção dos direitos das partes interessadas.

CONCLUSÕES

Percebe-se, pelo conteúdo aqui apresentado, que as medidas definidas pela ESG estão de fato norteando o mundo dos negócios, tendo a Natura como exemplo dessa nova realidade e dessa prática, com o desenvolvimento de produtos, experiências e serviços, se empenha em fazer um mundo melhor, promovendo bem-estar, harmonia e garantindo a sua sustentabilidade em tudo que faz. Tem mais de 20 anos que ela adota como estratégia de negócios a preocupação com o planeta e com as pessoas, principalmente seus funcionários, gerando impacto positivo na sociedade. A realidade hoje é que as empresas que tiverem uma atuação ambiental, mitigando o impacto direto e indireto de suas atividades, adotando o ESG terão, de fato, oportunidades de crescimento e progresso, a partir da crescente percepção da sociedade em escolher as marcas que disponham de um modelo de governança que mais protege o ambiente e a sociedade.

REFERÊNCIAS

1. Allen, N. J. Commitment as a multidimensional construct. In J. Meyer (Ed.), Handbook of employee commitment (pp. 28-42). Massachusetts, USA: Northanptom, 2016.

2. Andrade, J.C.; Lima, J.A.; Silva, A.; Seara, R.; Borges, H.R.M. Alternativas econômicas para o desenvolvimento sustentável. VII Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. Campo Grande, MS, 2017.

3. Araújo, R.A.M.; Correia, T.S.; Câmara, R.P.B. Influence of Environmental Innovation on Corporate Sustainability in Latin American Companies. Organ. Soc. 29 (101) • AprJun, 2022. https://doi.org/10.1590/1984-92302022v29n0013EN

4. Bansal, P., Song, H.C. Semelhantes, mas não iguais: diferenciando sustentabilidade corporativa de responsabilidade corporativa. Academy of Management Annals, 11(1), 105- 149. doi:10.5465/annals.2015.0095, 2017.

5. Bonone, L.E. & Kurtz, D.L. Marketing Contemporâneo. Editora LTC, Rio de Janeiro, 1998.

6. Cervo, Amado Luiz; Bervian, P. A.; DA SILVA, R.. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

7. Dornelas, José; Timmons, Jeffry A; Spinelli, Stephen. Criação de Novos Negócios. Editora Campus, São Paulo, 2010. 98116-0250

8. Drucker, P. Os novos desafios dos executivos. Editora Campus. Rio de Janeiro, 2012.

9. Fiesc - Federação das Indústrias de Santa Catarina. ESG: Uma nova forma de fazer negócios. Disponível em https://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/esg-uma-nova-forma-de-fazer-negocios. Acesso em 24.08.22

10. Frizon, J.A.; Eugenio, T.; Falcão, A.S. Vale a pena as organizações terem práticas de gestão socialmente responsáveis? Revista de Administração de Empresas, 62 (5), 2022. https://doi.org/10.1590/S0034-759020220507

11. Queiroz, G.C.; Abreu, M.C.S; Rebouças, S.M.D.P.; Práticas responsáveis reforçam o comprometimento organizacional dos empregados? Um estudo das empresas têxteis brasileiras. Revista de Administração de Empresas, 62 (5), 2022. https://doi.org/10.1590/S0034- 759020220504

12. Schermerhorn Jr, J.R. Administração. Editora Gen LTC, 8ª edição. Rio de Janeiro, 2014

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI - Doutorado (2015) e Mestrado (2001) em Serviço Social pela UFPE, Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UNB. Atua na Saúde Pública há duas décadas no Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando Discentes e Residentes em Saúde. Coordena a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife, exercendo a docência em nível de Pós Graduação na modalidade de Residência nas disciplinas de Bioética, Promoção da Saúde, Segurança do Paciente no contexto da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, Política de Saúde e Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, dentre outras. Coordena o *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde*, na Universidade de Pernambuco, com atividades iniciadas em 2016, ainda no formato de projeto de extensão, enquanto devolutiva do processo de doutorado, orientando discentes e Residentes na área de saúde em atividades de extensão universitária incluindo orientação de extensionistas em cursos e eventos de extensão; desenvolvendo atividades formativas – cursos, grupos de estudos, encontros, oficinas e outros – voltadas para a qualificação de recursos humanos e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS. Coordena o Ciclo de Estudos e Debates em Saúde Pública, atividade de extensão, que tem dentre os seus objetivos incentivar a produção acadêmica através de estudos, pesquisas e produção de textos com vistas à popularização da ciência e tecnologia. O *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde* atua nas seguintes áreas temáticas: Promoção da Saúde, Prevenção e Enfrentamento das Violências, HIV/AIDS no contexto do enfrentamento da Epidemia, Serviço Social e Políticas Sociais no Brasil; Saberes e Práticas nas Mídias. Editora de Seção 'Saúde' da Revista Brasileira de Extensão Universitária (RBEU). Revisora *ad hoc* de revistas nos campos da saúde e extensão universitária.

A

B

C

D

E

I

L

M

DESAFIOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO

CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO 3



www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora

Ano 2023

DESAFIOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO

CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO 3



www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora

Ano 2023